



Relatório de Solvência e Situação Financeira

BPI Vida e Pensões 2018



BPI VIDA E PENSÕES – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Sociedade matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único 502 623 543

Sede: Rua Braamcamp, 11-6º, 1250-049 Lisboa, PORTUGAL

Capital Social: 76 000 000.00 euros

ÍNDICE

SÍNTESE	5
ATIVIDADES E DESEMPENHO.....	11
A.1 Atividades.....	11
A.2 Desempenho da subscrição	13
A.3 Desempenho dos investimentos.....	13
A.4 Desempenho de outras atividades	14
A.5 Eventuais informações adicionais	14
SISTEMA DE GOVERNAÇÃO.....	16
B.1 Informações Gerais sobre o sistema de governação.....	16
B.2 Requisitos de qualificação e idoneidade	21
B.3 Sistema de Gestão de Riscos e Autoavaliação do Risco e da Solvência	22
B.4 Sistema de Controlo Interno	25
B.5 Função de Auditoria Interna	25
B.6 Função Atuarial	26
B.7 Subcontratação.....	26
B.8 Eventuais informações adicionais	26
PERFIL DE RISCO	28
C.1 Risco específico de seguros.....	28
C.2 Risco de mercado	29
C.3 Risco de crédito	31
C.4 Risco de liquidez.....	31
C.5 Risco Operacional	32
C.6 Outros riscos materiais	32
C.7 Eventuais informações adicionais	32
AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA	34
D.1 Ativos	34
D.2 Provisões Técnicas.....	36
D.3 Outras responsabilidades	37
D.4 Eventuais informações adicionais	37
GESTÃO DO CAPITAL.....	40
E.1 Fundos Próprios.....	40
E.2 Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo.....	41
ANEXO 1 - MODELOS.....	45



Síntese

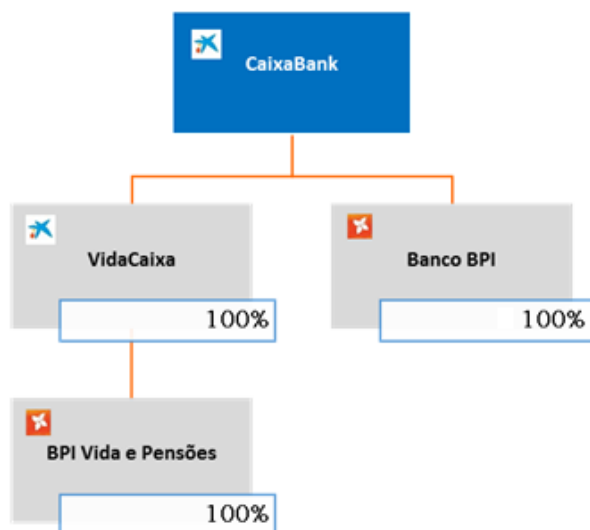
SÍNTESE

ATIVIDADES E DESEMPENHO

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A., adiante BPI Vida e Pensões, é uma Companhia de Seguros que foca atualmente o seu exercício na comercialização de Seguros de Vida e gestão de Fundos de Pensões.

A PricewaterhouseCoopers & Associados e a Baker Tilly, Pg & Associados, SROC, S.A. são as sociedades responsáveis pela auditoria da BPI Vida e Pensões que no diz respeito a Seguros e a Fundos de Pensões, respetivamente.

Em 28 de dezembro de 2017 o Banco BPI vendeu a totalidade da participação que detinha no capital da BPI Vida e Pensões à VidaCaixa, Sociedade Anónima de Seguros e Resseguros, Sociedade Unipersonal (VidaCaixa), uma companhia de seguros do ramo vida que centra a sua atividade no negócio de seguros de vida e fundos de pensões em Espanha. Assim, a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. é detida a 100% pela VidaCaixa, entidade por sua vez é detida a 100% pelo CaixaBank, S.A..



A BPI Vida e Pensões tem por objeto social o exercício da indústria de seguros e resseguros do ramo “Vida”, incluindo a gestão de fundos de pensões, em Portugal.

A produção acumulada de Seguros de Vida da Companhia ascendeu a 517 M€ em 2018, o que reflete uma diminuição de cerca de 20% face ao ano transato. No final de 2018 a BPI Vida e Pensões tinha sob a sua responsabilidade 39 Fundos de Pensões, com um património global de 2 820 M€.

Durante o ano de 2018, a BPI Vida e Pensões iniciou uma revisão à sua oferta, adaptando-a às condições de mercado e às necessidades dos seus Clientes. Neste processo decidiu-se, durante o mês de março, deixar de comercializar ativamente uma família de produtos com participação nos resultados e capital garantido.

Em contrapartida iniciou-se em outubro a comercialização de um novo plano de poupança reforma com capital garantido e taxa garantida definida anualmente.

Ainda durante o ano de 2018 foi iniciado o processo de desenvolvimento de novos produtos destinados à poupança, cujo lançamento está previsto que ocorra durante o ano de 2019.

Conforme já comunicado ao mercado, a BPI Vida e Pensões será, a partir de 2020, a nova parceira do Banco BPI para os seguros de vida risco.

De forma a garantir o sucesso deste projeto, iniciou-se, durante o ano de 2018, o desenvolvimento desta linha de negócios, com a definição de novos procedimentos e das características dos novos produtos, escolha de parceiros estratégicos e contratação de recursos humanos.

SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

O sistema de governo da BPI Vida e Pensões tem como objetivo assegurar que a Companhia tem implementados mecanismos de controlo e decisão que permitem uma gestão dos riscos sã e prudente e uma gestão eficaz das suas atividades.



O sistema de governo da BPI Vida e Pensões assenta nos seguintes pilares essenciais:

- Sistema de gestão de riscos: a Companhia considera a gestão de riscos como uma das disciplinas essenciais no seu modelo de funcionamento. A procura da correta identificação das várias dimensões do risco e a partilha dessa informação pelos gestores e órgãos de administração é um exercício permanente, praticado a diversos níveis de responsabilidade. A Política de Gestão de Riscos da Companhia encontra-se alinhada com a Política de Gestão de Riscos do Grupo, assegurando a consistência de critérios e a centralização da monitorização dos riscos;
- Processo de Autoavaliação do Risco e da Solvência (*Own Risk Self Assessment - ORSA*): pelo menos um vez por ano a BPI Vida e Pensões avalia as necessidades globais de solvência e as necessidades de capital em diferentes cenários adversos de mercado;
- Modelo de Controlo Interno: suportado pelo Normativo da BPI Vida e Pensões e pelas respetivas fichas de controlo das atividades desenvolvidas;
- Função de Compliance, enquanto segunda linha de defesa: é assegurada pela Companhia, mantendo-se subcontratada ao BPI a respetiva componente operacional, nomeadamente no que respeita a processos de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo;
- Função de Auditoria Interna: enquanto terceira linha de defesa, manteve-se subcontratada ao BPI durante 2018, sendo assegurada, a partir da Companhia a partir de 2019 em coordenação com a VidaCaixa e com o CaixaBank;

- Função chave de Gestão de Riscos: as atividades principais desta função estão subcontratadas à BPI Gestão de Ativos, no âmbito do contrato de gestão de carteiras em vigor, mantendo a Companhia a responsabilidade de monitorização permanente;
- Função chave Atuarial: desenvolvida diretamente na BPI Vida e Pensões como parte dos seus processos *core*;
- Atuário Responsável: função subcontratada a um atuário externo e independente;
- Subcontratação ao Banco BPI de diversas atividades, o que permite melhorar significativamente a capacidade de atuação da Companhia e os serviços e produtos oferecidos aos Clientes. A Companhia dispõe de uma Política de Subcontratação que estabelece os princípios a que devem atender as decisões de subcontratar qualquer das funções relevantes.

PERFIL DE RISCO

A avaliação e quantificação dos riscos a que a BPI Vida e Pensões está exposta permite avaliar o perfil de risco da Companhia e efetuar uma gestão adequada do mesmo.

Os riscos a que BPI Vida e Pensões está exposta podem sintetizar-se da seguinte forma:

- Riscos Específicos de Seguros: os riscos específicos de seguros envolvem o risco de gestão ativo-passivo, o risco inerente a técnicas de mitigação do risco e ainda riscos associados à conceção e comercialização de novos produtos, à gestão de sinistros.
- Riscos de Mercado: decorrem do investimento dos ativos representativos das responsabilidades com produtos com garantia de capital, bem como dos ativos representativos dos seus fundos próprios.
- Risco de Crédito: decorre da possibilidade de existir um evento de crédito com o emitente, que poderá ter como consequência a não recuperação da totalidade do investimento.
- Risco de Liquidez: uma parte significativa dos investimentos da BPI Vida e Pensões é realizada em ativos com elevada liquidez (negociáveis a cada momento em mercado secundário e/ou de curto prazo).
- Risco Operacional: as principais fontes de risco operacional vêm sobretudo de processos realizados manualmente.
- Outros Riscos Materiais;
 - Risco de Contraparte: a BPI Vida e Pensões avalia a exposição a contrapartes nas operações em liquidação e nos derivados fora de bolsa, comunicando-as aos respetivos gestores e *traders*. Além dos limites legais existentes para as contrapartes, a Companhia define limites máximos de exposição por contraparte, que são controlados diariamente
 - Risco de Fundos de Pensões: os riscos para a Companhia desta linha de negócio advêm essencialmente dos riscos operacionais e do risco associado ao Fundo de Pensões Aberto “BPI Garantia” que garante a qualquer momento capital investido.

Quantificação dos riscos a que a Companhia está exposta através do seu impacto nos Requisitos de Capital de Solvência (SCR – *Solvency Capital Requirements*):

Dez. 2018	
SCR Mercado	88 440
Taxa de Juro	2 426
Ações	13
Imobiliário	0
<i>Spread</i>	33 478
Cambial	111
Concentração	81 309
SCR <i>Default</i>	4 517
SCR Vida	5 430
SCR Operacional	10 645
SCR Total	89 244

Valores em milhares de euros.

Dada a tipologia de produtos comercializados pela Companhia, os principais riscos em que a BPI Vida e Pensões incorre são os riscos relacionados com os ativos em carteira, sendo residuais os riscos específicos de seguros (SCR Vida).

AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA

Ativos

Em solvência II os ativos são avaliados a justo valor. Nos termos da IFRS 13, entende-se por justo valor o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação efetuada entre participantes no mercado à data da mensuração.

Quando existam em carteira títulos contabilizados que não estejam a valores de mercado, estes têm de ser reavaliados para efeitos de solvência II.

No balanço contabilístico da Companhia existem alguns ativos valorizados de acordo com método do custo amortizado. No balanço de solvência procedeu-se à revalorização destes ativos ao respetivo valor de mercado.

Classes de Ativos	Valorização Contabilística	Valorização Solvência II	Dif.
Obg. Corporate	620 070	634 068	13 998
TOTAL	620 070	634 068	13 998

Valores em milhares de euros.

Provisões Técnicas

Os seguros comercializados pela BPI Vida e Pensões podem dividir-se nas seguintes classes de negócio, de acordo com o Anexo I do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão:

- Seguros com participação nos resultados;
- Seguros e operações ligados a Fundos de investimento (*unit-linked*);
- Outras responsabilidades de natureza vida.

No balanço da Companhia, os produtos com participação nos resultados encontram-se valorizados de acordo com o estabelecido na IFRS 4, correspondendo ao valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia, incluindo as participações nos resultados já distribuídas, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas de cada um dos produtos. Relativamente aos produtos *Unit-linked*, de acordo com o referido na IAS 39, a provisão técnica corresponde ao valor de mercado da respetiva carteira de ativos. Os produtos classificados como “Outras responsabilidades de natureza vida” são igualmente valorizados nos termos da IAS 39.

No balanço económico, o balanço de solvência II, a provisão técnica dos produtos corresponde à melhor estimativa das responsabilidades futuras, ou seja, ao valor atual do *cash flow* futuro.

As diferenças apuradas entre a avaliação de solvência e os valores registados contabilisticamente pela BPI Vida e Pensões podem ser resumidas da forma apresentada na tabela seguinte:

	Contabilístico	Solvência	Dif.
Ligados a Fundos de Investimento	2 313 958	2 309 354	-4 604
Com Participação nos Resultados	1 759 661	1 771 686	12 024
Outras responsabilidades de natureza vida	16 893	17 002	109
TOTAL	4 090 512	4 098 042	7 529

Valores em milhares de euros.

No cálculo das responsabilidades do ano de 2018 com base nos princípios de solvência II, a Companhia não aplicou qualquer medida transitória.

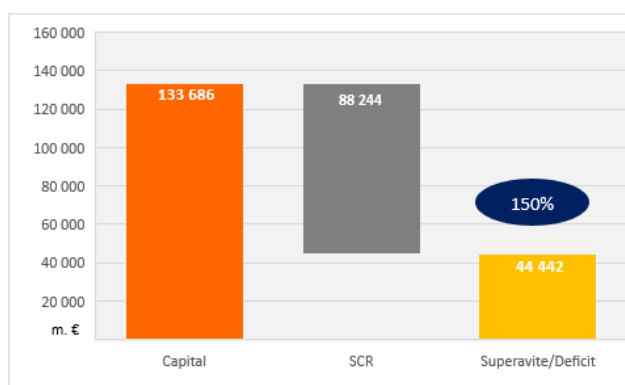
GESTÃO DO CAPITAL

A BPI Vida e Pensões tem procurado adaptar da forma mais eficiente possível as suas carteiras de investimentos e as diferentes linhas de negócio aos requisitos de Solvência, quer em termos imediatos, quer em termos do seu plano estratégico.

Para garantir uma gestão adequada dos riscos inerentes à atividade da Companhia, e do capital necessário para fazer face a esses riscos, é efetuada uma avaliação sistemática das necessidades de capital para vários anos, no mínimo cinco, considerando as tendências de evolução do mercado e do negócio.

No âmbito das regras de Solvência II, a BPI Vida e Pensões determina o requisito de capital de solvência e o requisito de capital mínimo considerando o modelo *Standard* desenvolvido pela EIOPA.

Para 31 de dezembro de 2018, a cobertura dos requisitos de solvência com base no capital disponível é de 150%.



A 31 de dezembro de 2018, o valor total de capital disponível referido no gráfico anterior, 133 686 m€, é integralmente considerado elegível para satisfazer o requisito de capital de solvência (SCR) sendo classificado nos seguintes níveis:

	Dez. 17	Dez. 18	Var.
Nível 1 – Sem restrições	142 732	133 686	- 9 046
Nível 1 – Com restrições	35 683		- 35 683
Nível 2	24 317		- 24 317
Nível 3			
Total de Capital Disponível	202 732	133 686	- 69 046
Total de Capital Disponível (s/ subordinada)	142 732	133 686	- 9 046

Valores em milhares de euros.

A 31 de dezembro de 2018, o valor total de capital disponível considerado elegível para satisfazer o requisito mínimo de capital (MCR) é 133 686 m€, sendo o seu rácio de cobertura de 333%.

Para o cálculo destes valores a Companhia não recorreu a simplificações nem utilizou parâmetros específicos da empresa.

Em março de 2018, a BPI Vida e Pensões procedeu ao reembolso do empréstimo subordinado, no valor de 60 000 m.€, cuja consideração nos fundos próprios consistia na única medida transitória de solvência II adotada pela Companhia. Em dezembro de 2017 este valor estava classificado como capital de “Nível 1 – Com restrições” e de “Nível 2”, de acordo com as regras de solvência II. A decisão de reembolso antecipado resultou do reconhecimento de que a Companhia tem a capacidade de gerar, através de crescimento orgânico, o capital de que necessita para a sua atividade.

(Valores em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado.)



Atividade e Desempenho

ATIVIDADES E DESEMPENHO

A.1 Atividades

A BPI Vida e Pensões tem por objeto social o exercício da indústria de seguros e resseguros do ramo “Vida”, incluindo a gestão de fundos de pensões, em Portugal. No âmbito da sua atividade, a BPI Vida e Pensões opera as seguintes linhas de negócio:

- Produtos com garantia de capital;
- Produtos sem garantia de capital, em que o risco de investimento é assumido pelo investidor;
- Fundos de pensões, envolvendo a gestão das respetivas carteiras de ativos e o pagamento das pensões correspondentes; nestes casos o risco de investimento recai exclusivamente sobre a empresa associada ou sobre os beneficiários, conforme os fundos financiem planos de pensões de benefício definido ou de contribuição definida, respetivamente.

Atualmente, a BPI Vida e Pensões não opera no ramo de Vida Risco, contudo e conforme foi já comunicado ao mercado, a Companhia será, a partir de 2020, a nova parceira do Banco BPI para os seguros de vida risco. De forma a garantir o sucesso deste projeto, iniciou-se, durante o ano de 2018, o desenvolvimento desta linha de negócios, com a definição de novos procedimentos e das características dos novos produtos, escolha de parceiros estratégicos e contratação de recursos humanos.

Em resultado dos trabalhos deste projeto já foram definidas as necessidades de recursos humanos, de sistemas, de processos e alterações no modelo de governo, cuja implementação já se iniciou em 2018.

Naturalmente, associado ao projeto de comercialização de seguros de vida risco encontra-se a decorrer um processo de transformação da organização da BPI Vida e Pensões que irá permitir dar resposta às novas necessidades que este desafio trará para a Companhia. No âmbito deste processo de transformação, a Companhia irá dotar-se dos meios humanos e técnicos necessários não só à implementação do negócio de vida risco, mas também para assegurar maior autonomia do ponto de vista técnico e operacional face a outras estruturas do Grupo CaixaBank/BPI.

A gestão dos ativos representativos das Provisões Técnicas dos produtos de seguros e das carteiras dos fundos de pensões encontra-se subcontratada à BPI Gestão de Activos.

Os seguros da BPI Vida e Pensões são comercializados através das redes do Banco BPI (Rede de Particulares e Empresários e Negócios, *Premiere Private Banking*). Desta forma, as vendas destes produtos para os investidores particulares são integradas na atividade de captação de recursos de clientes do Banco BPI, onde concorrem com outros produtos de recursos como depósitos ou fundos de investimento.

No que respeita aos fundos de pensões, estes são comercializados e administrados diretamente pela BPI Vida e Pensões. A Companhia é uma das entidades de referência no mercado português de fundos de pensões.

No desempenho da sua atividade, a Companhia desenvolveu assim um modelo de negócio adequado às suas vantagens competitivas:

- Uma cultura de rigor e transparência na gestão, reforçada pelos acontecimentos que marcaram o mercado português nos últimos anos;
- Acesso total à rede de comercialização e respetiva força de vendas do Banco BPI, o que lhe assegura o acesso a todo o território nacional;
- Uma gestão simultaneamente dinâmica e flexível, com capacidade para atuar rapidamente e reagir a alterações no comportamento dos mercados financeiros.

Dados da Entidade e Dados do Supervisor e Revisor Oficial de Contas

Companhia

BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. sociedade matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único 502 623 543 com sede na Rua Braamcamp, nº 11, 1250-049 Lisboa e Capital Social 76 M€.

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. é detida a 100% pela VidaCaixa, entidade detida a 100% pelo CaixaBank, S.A., com sede em Calle Pintor Sorolla, 2-4 46002 Valência, com NIF A08663619, inscrito no Registo Mercantil de Valência, Volume 10370, Folio 1, Página V-178351, e registrada no Registo Administrativo Especial do Banco de Espanha com o número 2100.

Supervisor da Companhia

ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Av. da República, nº 76, 1600-205 Lisboa

Tel: +(351) 217 903 100

www.asf.com.pt

Revisor Oficial de Contas

Companhia

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrição na OROC nº 183

Registo na CMVM nº 20161485

Palácio SottoMayor

Rua Sousa Martins, nº1, 3º

1050-217 Lisboa

Tel: +(351) 213 599 000

www.pwc.com/pt

Fundos de Pensões geridos pela Companhia

Baker Tilly, Pg & Associados, SROC, S.A.

Inscrição na OROC nº 235

Registo na CMVM nº 20161528

Edifício Taurus

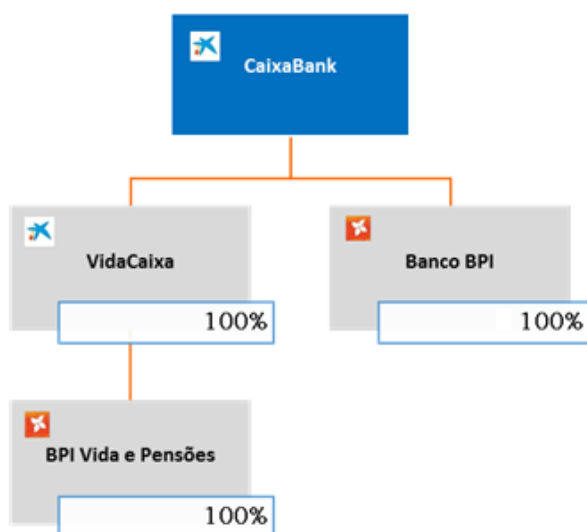
Campo Pequeno, nº 48, 4º Dto

1000-081 Lisboa

Tel: (+351) 21 098 87 10

www.bakertillyportugal.com.pt

Posição da Entidade na Estrutura do Grupo



Com a aquisição da BPI Vida e Pensões, em dezembro de 2017, pela VidaCaixa – Sociedade Anónima de Seguros e Resseguros, Sociedade Unipersonal, a BPI Vida e Pensões passou a integrar o grupo VidaCaixa, que por sua vez integra o Grupo CaixaBank.

Tratou-se de uma alteração estratégica de acionista dentro do mesmo grupo - recorde-se que o Banco BPI, anterior acionista único da BPI Vida e Pensões, integra igualmente o Grupo CaixaBank - que visou fortalecer a presença da Companhia no mercado português. De facto, com esta reorganização a Companhia passou a integrar um grupo segurador de renome, líder no seu mercado, que possui um *know-how* comprovado na atividade de seguros do ramo vida, o que irá permitir à BPI Vida e Pensões alargar e dinamizar a sua atividade de forma sustentada e com criação de valor para o Cliente.

Em termos operacionais a Companhia mantém-se uma empresa de matriz portuguesa, que opera para clientes portugueses. O Banco BPI continua a ser o seu mediador único, pelo que as relações com o Banco BPI manter-se-ão próximas e profundas.

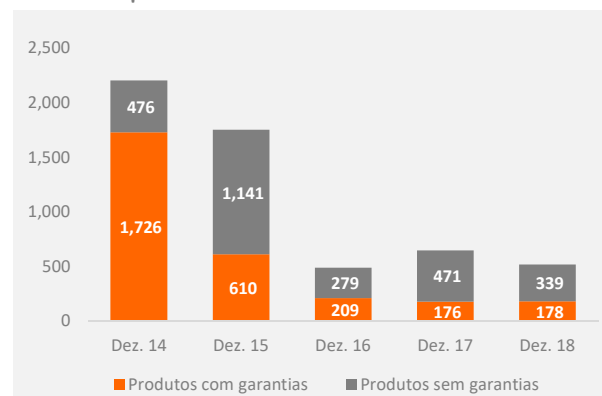
A.2 Desempenho da subscrição

Seguros

Em 2018 a Companhia continuou a privilegiar a oferta de produtos de poupança de longo prazo, com o enfoque nas soluções de reforma. A Companhia deixou de comercializar ativamente alguns produtos de capital garantido cujas condições deixaram de estar adaptadas ao mercado, mas lançou um novo produto destinado à poupança para a reforma, no final do ano, o BPI Garantia PPR.

Face a 2017, a produção da BPI Vida e Pensões diminuiu 20%, alcançando, contudo, valores superiores aos registados em 2016. Ao nível de segmentos, esta queda foi mais significativa nos produtos sem garantias, dada a maior complexidade no processo de subscrição, bem como as condições económicas vigentes que inibiram o investimento dos Clientes neste tipo de produtos. A má performance dos mercados financeiros, sobretudo no quarto trimestre é também uma explicação para a redução da produção. No caso dos produtos com garantias, o valor de produção alcançado em 2018 está em linha com o obtido no ano transato.

Volume de prémios



Valores em milhões de Euros

Pensões

Durante o ano de 2018, a BPI Vida e Pensões ganhou a gestão de um novo Fundo de Pensões Fechado, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, não se tendo verificado qualquer extinção. No final do ano, a BPI Vida e Pensões tinha sob a sua responsabilidade 39 Fundos de Pensões, com um património global de 2 820 M€.

Montante de Fundos de Pensões sob gestão

	Dez. 17	Dez. 18	Δ
Fechados	2 288 215	2 819 329	3.1%
Abertos/PPR	458 947	459 929	0.2%
Total	2 747 162	2 819 789	2.6%

Valores em milhares de Euros

No ano de 2018 há a registar contribuições e transferências para os Fundos de Pensões no montante de 179 M.. No que respeita às saídas, registou-se um volume de 141 M em pagamento de pensões, prémios de seguros, outros benefícios e transferências.

Movimentos realizados

	Dez. 17	Dez. 18	Δ
Contribuições	154	69	-85
Transf. recebidas	42	68	26
Transf. efetuadas	2	3	1
Benefícios pagos	76	97	21

Valores em milhões de euros

A.3 Desempenho dos investimentos

No que diz respeito ao rendimento e às despesas decorrentes de investimentos, apresentam-se de seguida os resultados alcançados pela Companhia no ano de 2018, tal como descrito na Nota 24 do Relatório e Contas de 2018 da BPI Vida e Pensões.

Ano 2018	Rendimentos Financeiros	Gastos Financeiros	Ganhos Líquidos
Títulos de rendimento fixo	29 685	- 10 187	- 3 832
Títulos de rendimento variável	7 367	- 190	- 69 842
Depósitos a Prazo	473		377
Outros (Instrumentos financeiros derivados, custos de imputação, valias cambiais)	1 969	- 4 182	60 022
Total	39 494	- 14 558	- 13 275

Valores em milhares de Euros

Ano 2017	Rendimentos Financeiros	Gastos Financeiros	Ganhos Líquidos
Títulos de rendimento fixo	34 204	- 1	- 7 905
Títulos de rendimento variável	6 028	- 220	40 663
Depósitos a Prazo	471		- 1 284
Outros (Instrumentos financeiros derivados, custos de imputação, valias cambiais)	- 4 721	- 2 873	- 37 445
Total	35 982	- 3 094	- 5 970

Valores em milhares de Euros

Como se verifica pelos valores apresentados, não existem variações materiais face ao ano anterior em termos de Rendimentos Financeiros. Relativamente aos Gastos Financeiros e Ganhos Líquidos verificou-se um aumento, em valor absoluto, face aos valores verificados no ano anterior.

Acrescenta-se que a Companhia não tem optado pelo investimento em titularizações, sendo a posição atual residual, no valor de 1 489 314 €.

A.4 Desempenho de outras atividades

Em 2018, o resultado da área não técnica, excluindo o efeito fiscal, ascendeu a 1 608 m: :

	Dez. 17	Dez. 18	Δ
Juros, prémios e desconto	1995	1 328	-33%
Valias potenciais/realizadas	-22	517	2450%
Comissões	-15	-237	-1480%
Total	1958	1608	-18%

Valores em milhares de euros

A.5 Eventuais informações adicionais

Não existem informações adicionais relevantes a referir.



Sistema de Governação

SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

B.1 Informações Gerais sobre o sistema de governação

O sistema de governação da BPI Vida e Pensões assenta e cumpre os princípios estabelecidos na Lei n.º 147/2015 e no Regime de Solvência II e tem como objetivo assegurar que a Companhia tem implementados mecanismos de controlo e decisão que permitem uma gestão dos riscos sã e prudente e uma gestão eficaz das suas atividades.

Para além de uma estrutura organizacional adequada à complexidade do seu negócio, assente na definição e segregação de responsabilidades e funções aos diversos níveis da organização, a BPI Vida e Pensões definiu políticas de atuação nas áreas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna, *compliance*, branqueamento de capitais, gestão de conflitos de interesses, subcontratação, adequação de informação prestada, conceção e aprovação de produtos e tratamento de Clientes. As políticas em causa são divulgadas a todos os colaboradores e garantem a existência de um conjunto de diretrizes que a Companhia segue em permanência e de uma forma consistente. Contribuem ainda para a manutenção de uma cultura de rigor na atuação interna, com os Clientes e com a Autoridade de Supervisão.

O modelo de negócio da BPI Vida e Pensões inclui duas atividades: (1) produção de seguros de capitalização comercializados em regime cativo pela rede bancária do Banco BPI; e (2) comercialização e gestão de Fundos de Pensões de empresas, comercializados de forma autónoma.

A atividade de seguros de capitalização tem como objetivo criar e manter produtos financeiros sob a forma de seguros cuja distribuição assenta nas políticas comerciais da entidade colocadora, definidas em conjunto com a Companhia. A atividade de seguros da BPI Vida e Pensões está, assim, assente num modelo operacional descentralizado, sendo, no entanto, assegurada unidade total sobre o processo estratégico e decisório.

Enquanto sociedade gestora de Fundos de Pensões de empresas, a BPI Vida e Pensões dispõe de uma equipa técnica atuarial responsável pela montagem e acompanhamento de planos de pensões. Esta equipa é auxiliada por um conjunto de colaboradores responsáveis pelas atividades operacionais de manutenção das contas das empresas e participantes, bem como pelo pagamento das pensões. Desta forma, as atividades relacionadas com os Fundos de Pensões são levadas a cabo de forma

autónoma, uma vez que tanto a angariação comercial como a prestação de serviços são feitas pela BPI Vida e Pensões diretamente com os respetivos Clientes.

De acordo com o princípio da proporcionalidade, a unidade funcional da companhia é simplificada. É uma organização que reflete a natureza da atividade e em que a linha decisória, até ao final do mês de novembro de 2018, se estabeleceu da seguinte forma:

- Nível estratégico, o Conselho de Administração;
- Nível executivo, a Comissão Executiva;
- Nível operativo, responsáveis de equipa.

Em 2018 os níveis executivo e operativo asseguraram em permanência todo o quadro de responsabilidades da Companhia.

Assim, a responsabilidade das decisões coube à Comissão Executiva e a atividade corrente esteve suportada num quadro efetivo, específico da Companhia, cujas funções mais relevantes são:

- Originação de propostas relativas ao lançamento, modificação ou cancelamento de produtos de seguros;
- Controlo da atividade comercial da entidade comercializadora dos produtos de seguros;
- Comercialização e gestão dos Fundos de Pensões;
- Controlo dos sistemas informáticos de suporte;
- Execução e acompanhamento dos cálculos de Solvência;
- Acompanhamento do relacionamento com a Autoridade de Supervisão.

No final do mês de novembro, no âmbito da reestruturação do modelo de governo da Companhia, deixou de existir uma comissão executiva, sendo a gestão corrente da Companhia assegurada pelo Conselho de Administração que, no modelo em processo de implementação, será coadjuvado por um Comité de Direção.

Assim, no novo modelo, a linha decisória assumirá a seguinte forma:

- Nível estratégico, o Conselho de Administração;
- Nível executivo, o Conselho de Administração coadjuvado por um Comité de Direção;
- Nível operativo, responsáveis de equipa.

Administração e Fiscalização

A gestão da Companhia compete ao Conselho de Administração que, até ao final de novembro de 2018, compreendia uma Comissão Executiva na qual o Conselho delegou amplos poderes de gestão para a condução da atividade corrente.

No final do mês de novembro, no âmbito da reestruturação do modelo de governo da Companhia, a gestão corrente da Companhia passou a ser assegurada pelo Conselho de Administração.

As competências de fiscalização estão atribuídas ao Conselho Fiscal (CF) – cujas responsabilidades essenciais incluem a fiscalização da administração, a vigilância do cumprimento da Lei e dos Estatutos pela Sociedade, a verificação das contas, a fiscalização da independência do Revisor Oficial de Contas, bem como avaliação da atividade deste último – e ao Revisor Oficial de Contas (ROC), cuja função primordial consiste em examinar e proceder à certificação legal das contas.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral (AG) delibera sobre as matérias que lhe são especialmente atribuídas pela Lei ou pelos Estatutos, bem como, se tal lhe for solicitado pelo Conselho de Administração, sobre matérias de gestão da Companhia.

Conselho de Administração

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração composto por um número de três a doze membros, eleitos pela Assembleia Geral que de entre eles designará o Presidente e, se assim o entender, um ou mais Vice-Presidentes.

Os titulares dos órgãos sociais são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Os Administradores eleitos manter-se-ão em funções até à sua substituição efetiva.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência. O Presidente tem voto de qualidade.

A composição do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2018 é a seguinte: um presidente (Isabel Castelo Branco) e dois vogais (Maria Isabel Semião e Jordi Arenillas Claver).

Até ao final de novembro de 2018 o Conselho de Administração estava constituído da seguinte forma: um presidente (Isabel Castelo Branco), um vice-presidente (Paulo Freire de Oliveira) e sete Vogais (José Veiga Sarmiento, Manuel Puerta da Costa, Jorge Sousa Teixeira, Maria Isabel Semião, Susana Trigo Cabral, João Silva Pratas e Jordi Arenillas Claver). No âmbito do processo de reestruturação do modelo de governo, o vice-presidente e os vogais José Veiga Sarmiento, Manuel Puerta da Costa, Jorge Sousa Teixeira, Susana Trigo Cabral e João Silva

Pratas renunciaram aos respetivos cargos em novembro de 2018.

Até ao final de novembro de 2018, o Conselho de Administração tinha delegado na Comissão Executiva a gestão corrente da Companhia, nomeadamente conceção e comercialização de novos produtos, a implementação das funções de gestão de risco, compliance, auditoria interna e atuarial, bem como o relacionamento corrente com as autoridades de supervisão. Neste âmbito, o Conselho de Administração mantinha responsabilidades de fiscalização e acompanhamento da atividade da Comissão Executiva.

Com o início do processo de implementação do novo modelo de governo, no final de novembro de 2018, a gestão corrente da Companhia passou a ser assegurada pelo Conselho de Administração, passando para este órgão todas as funções que se encontravam delegadas na Comissão Executiva.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, em funções até ao final de novembro de 2018, era composta por um Presidente (Isabel Castelo Branco) e quatro Vogais (Paulo Freire de Oliveira, Manuel Puerta da Costa, Jorge Sousa Teixeira e Maria Isabel Semião), atuando nos limites da delegação do Conselho de Administração. O Presidente da Comissão Executiva tinha voto de qualidade.

A distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva era a seguinte:

Isabel Castelo Branco (Presidente): estratégia e novos negócios; assuntos corporativos; comunicação corporativa; relações institucionais (autoridades de supervisão); compliance; organização e IT; auditoria interna.

Paulo Freire de Oliveira: coordenação de todas as atividades de investimento, incluindo carteiras de pensões, *unit linked* e capital garantido; segmento alto.

Manuel Puerta da Costa: investimentos imobiliários.

Jorge Sousa Teixeira: investimentos; carteiras de pensões; suporte ao cliente e negócio; digital e *marketing*.

Maria Isabel Semião: comercialização e administração de fundos de pensões; solvência e administração de seguros; acompanhamento da distribuição de seguros com a entidade colocadora; atuariado; riscos.

Com referência a 31 de dezembro de 2018, a gestão corrente da Companhia é assegurada pelo Conselho de Administração, sendo que os pelouros supra referidos se

encontram distribuídos pelas duas administradoras executivas, da seguinte forma:

Isabel Castelo Branco (Presidente): estratégia e novos negócios; assuntos corporativos; comunicação corporativa; relações institucionais (autoridades de supervisão); coordenação das atividades de investimento; organização e IT; compliance e auditoria interna.

Maria Isabel Semião: comercialização e administração de fundos de pensões; solvência e administração de seguros; acompanhamento da distribuição de seguros com a entidade colocadora; atuariado; suporte ao cliente e negócio; digital e *marketing* e riscos.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, à semelhança do Conselho de Administração, é designado para um mandato quadrienal e é composto por Isabel Correia de Lacerda (Presidente) e por José Manuel Toscano e Luis Patrício (Vogais), tendo ainda Francisco André Oliveira como vogal suplente.

São competências do Conselho Fiscal zelar pela observância das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pela Autoridade de Supervisão, bem como das políticas de controlo interno e, ainda, o acompanhamento da preparação da informação financeira.

O Conselho Fiscal reúne com uma periodicidade mínima trimestral.

Revisor Oficial de Contas

Em 2018 o o Revisor Oficial de Contas da BPI Vida e Pensões foi a sociedade PricewaterhouseCoopers & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Carlos Maia.

Funções Chave

Dentro do princípio da proporcionalidade e tendo em conta a estrutura simplificada da BPI Vida e Pensões, a atual distribuição das Funções Chave garante um completo controlo dos processos e assegura um sistema de controlo interno que, apesar de simplificado, é sólido.

Sem prejuízo das responsabilidades respetivas estarem cometidas a membros do Conselho de Administração, os processos inerentes encontram-se assentes na estrutura do Banco BPI ou da BPI Gestão de Activos, para além da estrutura própria da BPI Vida e Pensões, tornando-se, assim, possível beneficiar de uma infraestrutura mais ampla, tanto em termos de sistemas como de organização.

Exetua-se a Função Chave Atuarial que, pela sua especialização, é totalmente desempenhada no seio da Companhia.

Quanto ao Atuário Responsável optou-se pela subcontratação a um elemento externo com elevada experiência no ramo, garantindo-se, deste modo, a qualidade e isenção da apreciação.

Função de Auditoria Interna

A função de auditoria interna é supervisionada pela Presidente do Conselho de Administração. A componente operacional desta função é assegurada pela Direção de Auditoria e Inspeção do Banco BPI. Em fevereiro de 2019 integrou os quadros da BPI Vida e Pensões a colaboradora Sofia Ferreira Costa que, depois de concluído o processo de registo junto da ASF, nos termos definidos na Norma Regulamentar n.º 3/2017-R, de 18 de maio, será designada como responsável pela função-chave de Auditoria Interna.

Função de Compliance

A função de compliance foi supervisionada pelo Administrador João Silva Pratas até ao final de novembro de 2018, sendo que, a partir dessa data e com caráter temporário, é assegurada pela presidente do Conselho de Administração Isabel Castelo Branco. A componente operacional desta função é assegurada pela Direção de Compliance do Banco BPI. Em julho de 2018 integrou os quadros da BPI Vida e Pensões a colaboradora Carla Lamas Jacinto que, depois de concluído o processo de registo junto da ASF, nos termos definidos na Norma Regulamentar n.º 3/2017-R, de 18 de maio, será designada como responsável pela função-chave de *Compliance*.

Função de Gestão de Riscos

A função de gestão de riscos está a cargo da Administradora Maria Isabel Semião. A monitorização do risco financeiro no âmbito da gestão de carteiras está subcontratada à BPI Gestão de Activos.

Função Atuarial

A função atuarial é desempenhada internamente pela Atuária Rosa Carrasqueira, estando integrada na área Técnica de Seguros. Tem como principais responsabilidades assegurar a exatidão do cálculo das responsabilidades e avaliar a política de subscrição da Companhia.

Estrutura Organizativa da BPI Vida e Pensões



Os membros dos Órgãos Sociais da BPI Vida e Pensões são eleitos para um mandato de quatro anos.

No âmbito da reestruturação do modelo de governo da BPI Vida e Pensões, em particular do seu órgão de administração, foi considerado adequado proceder a uma redução do número de membros que compõem o Conselho de Administração, passando aquele órgão a ser composto apenas por 5 membros, sendo que as alterações produzem efeitos no mandato que se encontra em curso (quadriénio de 2016-2019).

Neste âmbito, os seguintes administradores apresentaram voluntariamente a sua renúncia aos respetivos cargos:

- José Manuel Chaves da Veiga Sarmento (22.11.2018)
- Paulo Alexandre Meles Saldanha Freire de Oliveira (20.11.2018)
- Jorge Miguel Matos de Sousa Teixeira (22.11.2018)
- Manuel José Puerta da Costa (19.11.2018)
- João António Braga da Silva Pratas (20.11.2018)
- Susana Isabel de Paiva-Manso Trigo Cabral Quinaz (20.11.2018)

A BPI Vida e Pensões expressa aos administradores renunciantes o seu elevado apreço e agradecimento por todo o trabalho desenvolvido.

Assim, com referência a 31.12.2018, permanecem em funções os administradores Maria Isabel Cabral de Abreu Castelo Branco, Maria Isabel Reves Arsénio Florêncio Semião e Jordi Arenillas Claver que assegurarão o normal funcionamento da Companhia enquanto o processo de registo dos novos administradores não estiver completo.

Na sequência desta alteração ao modelo de governo da Companhia, deixa de existir uma Comissão Executiva, sendo a gestão corrente da Companhia assegurada pelo Conselho de Administração que, no modelo a implementar, será coadjuvado por um Comité de Direção.

Na reunião do Conselho de Administração de 29.11.2018 foi nomeada como Secretária da Companhia Carla Lamas Jacinto que passou a exercer essas funções de imediato.

Em 18 de janeiro de 2019, na sequência da aceitação do seu registo por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, entraram em funções dois novos administradores não executivos para o mandato 2016-2019: Jorge Nicolau Molina e António Luna Vaz. O Conselho de Administração da BPI Vida e Pensões ficou assim constituído por 5 elementos, dos quais dois executivos e três não executivos.

Política de Remuneração

Durante o ano de 2018, a política de remuneração aplicada à BPI Vida e Pensões foi a Política de Remunerações em vigor no Banco BPI. Cumpre referir que, apesar de a BPI Vida e Pensões ter deixado de ser participada do Banco BPI no final do ano de 2017, o novo acionista entendeu conveniente continuar a aplicar esta política, entre outros, pelos seguintes motivos:

- A política de remuneração da BPI Vida e Pensões esteve em fase de definição durante o ano de 2018, tendo sido concluída e aprovada na reunião do CA realizada a 21 de dezembro;
- A política de remunerações do Banco BPI cumpre as normas legais aplicáveis à atividade e as recomendações da ASF no que concerne os temas de remuneração aplicável aos membros do Conselho de Administração, bem como aos titulares de funções chave;
- As sociedades continuarem a fazer parte do mesmo Grupo;
- Continuidade com o modelo que vinha sendo aplicado; e
- Durante o ano de 2018 a maioria dos membros do Conselho de Administração da BPI Vida e Pensões são quadros do Banco BPI que se encontravam em comissão de serviço a exercer funções de Administração na BPI Vida e Pensões.

Assim, a Política de Remunerações aplicada assentou em quatro vectores:

Desempenho

As remunerações dos Administradores Executivos e dos Colaboradores do Banco BPI estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos:

- pelo Banco;
- pela unidade de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- pelo seu mérito individual.

Os critérios utilizados na aferição do nível de desempenho e do peso relativo de cada uma das áreas atrás referidas variam de acordo com as funções e com o nível de responsabilidade da pessoa em causa.

Competitividade

O Banco BPI procura oferecer aos seus Administradores e Colaboradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica.

Ao adotar esta política, o Banco BPI tem o objetivo de atrair e reter os elementos mais eficientes, mais rendíveis e com maior potencial para a organização.

Estratégia

A remuneração atribuída a um determinado Colaborador é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas do Banco BPI, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

Equidade

A prática remuneratória do Banco BPI assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

Estrutura da Remuneração

A remuneração é constituída por uma componente fixa e uma componente variável:

- a) Remuneração Fixa - A remuneração fixa é que resulta da aplicação do respetivo contrato de trabalho e do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário (ACT), no caso de este ser aplicável;
- b) Remuneração Variável - A remuneração variável pode ser decomposta numa parte em dinheiro e outra parte em instrumentos que a existirem, serão preferencialmente ações do CaixaBank.

Critérios da definição da Componente Variável

Tendo em conta que em 2018 se continuou a aplicar a Política de Remuneração em vigor no Banco BPI, a definição do valor global da componente variável a atribuir aos Administradores teve em conta os resultados consolidados antes de impostos da atividade doméstica do Banco BPI

Em 2019 estará em vigor a Política de Remuneração aprovada, em sede de Conselho de Administração, a 21 de dezembro de 2018, sendo aplicados os princípios e regras que aí se encontram definidos.

Regimes Complementares de Pensões

Os Administradores beneficiam de um plano de pensões de reforma do ACT do setor bancário ou, em alguns casos quando sejam originários de empresas abrangidas pelo regime geral de segurança social e posteriormente inscritos na CAFEB, e na medida em que seja mais favorável, decorrente das regras do regime geral da segurança social, cujo financiamento é assegurado através de Fundos de Pensões. Os Administradores não abrangidos pelo plano de pensões de reforma do ACT beneficiam de um plano de contribuição definida atribuído pela empresa, com uma taxa de contribuição

fixa de 1.5% do salário. Estes benefícios são idênticos àqueles de que gozam a generalidade dos Colaboradores do Banco BPI em igualdade de circunstâncias.

B.2 Requisitos de qualificação e idoneidade

Política de Seleção e Avaliação

Durante o ano de 2018, aos membros do Conselho de Administração da BPI Vida e Pensões e aos Titulares de Funções Chave na BPI Vida e Pensões foi aplicada a “Política de Seleção e Avaliação dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Titulares de Funções Essenciais”, aprovada na Assembleia Geral de Acionistas do Banco BPI de 29 de Abril de 2015 (acionista único da BPI Vida e Pensões até 29 de dezembro de 2017), com as adaptações necessárias, nomeadamente as decorrentes da necessidade de cumprimento dos regulamentos e recomendações para o setor segurador.

Cumprir referir que, apesar de a BPI Vida e Pensões ter deixado de ser participada do Banco BPI no final do ano de 2017, o novo acionista entendeu conveniente continuar a aplicar esta política pelos seguintes motivos: (i) as novas políticas da BPI Vida e Pensões aplicáveis a esta matéria ainda estão em fase de definição; (ii) a política cumpre as normas legais aplicáveis à atividade e recomendações da ASF no que concerne os temas da Política de Seleção e avaliação aplicável aos membros do Conselho de Administração, bem como aos titulares de funções chave; (iii) as sociedades continuam a fazer parte do mesmo Grupo; (iv) continuidade com o modelo que vinha sendo aplicado; e (v) durante o ano de 2018 a maioria dos membros do Conselho de Administração da BPI Vida e Pensões são quadros do Banco BPI que se encontravam em comissão de serviço a exercer funções de Administração na BPI Vida e Pensões.

A referida Política estabelece os princípios aplicáveis à seleção e avaliação das pessoas que integram os órgãos de administração e fiscalização e de quem desempenha funções essenciais. Os princípios em causa visam promover a adequação e a diversidade de qualificações e competências necessárias para o exercício dos cargos em causa, promovendo o aumento do número de pessoas do sexo sub-representado, com vista a atingir uma equilibrada representação nesses cargos de homens e mulheres. Assim, nos processos de seleção e avaliação, tem-se em consideração a natureza, dimensão e complexidade da atividade desenvolvida, bem como as

exigências e responsabilidades associadas às funções concretas a desempenhar.

O objetivo último será que os órgãos de administração e toda a estrutura de colaboradores seja composta por pessoas que pela sua experiência profissional, currículo académico e aptidões pessoais se revelem, em cada momento, adequadas para o exercício das respetivas funções.

São expressamente referidos os requisitos de idoneidade, qualificação profissional – onde se inclui também a experiência em funções compatíveis - e independência.

No caso concreto da BPI Vida e Pensões, estes requisitos foram expressamente aplicados tanto aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, como aos responsáveis pelas Funções Chave.

É disponibilizado aos membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e aos titulares de funções chave o acesso a formação externa ou interna que se venha a identificar como adequada e relevante para o exercício das funções a desempenhar. É igualmente disponibiliza formação interna, presencial ou através de meios remotos (*e-learning*) relativa, não só, a temas de natureza obrigatória (risco operacional, branqueamento de capitais etc.) como a outros que se venham a identificar como necessários ou úteis ao exercício das respetivas funções.

Idoneidade

Na avaliação da idoneidade será tido em conta o modo como a pessoa gere habitualmente os negócios, profissionais ou pessoais, ou exerce a profissão, em especial nos aspetos que revelem a sua capacidade para decidir de forma ponderada e criteriosa, ou a sua tendência para cumprir pontualmente as suas obrigações ou para ter comportamentos compatíveis com a preservação da confiança do mercado, tomando em consideração todas as circunstâncias que permitam avaliar o comportamento profissional para as funções em causa.

A apreciação da idoneidade será efetuada com base em critérios de natureza objetiva, tomando por base informação, tanto quanto possível completa, sobre as funções passadas do interessado como profissional e as características mais salientes do seu comportamento.

Em geral considera-se que um membro do órgão de administração e fiscalização goza de idoneidade se não existirem elementos que sugiram o contrário nem razões para dúvidas fundadas sobre a mesma.

Qualificação Profissional

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal devem demonstrar que possuem as competências e qualificações necessárias ao exercício das suas funções, adquiridas através de (i) habilitação académica ou de formação especializada apropriadas ao cargo a exercer e (ii) através de experiência profissional com duração e níveis de responsabilidade que estejam em consonância com as características, a complexidade e a dimensão do Banco BPI, bem como com os riscos associados à atividade por este desenvolvida.

A avaliação da experiência de um membro terá em conta tanto a experiência teórica obtida através de cursos académicos e de formação como a experiência prática adquirida em cargos anteriores, bem como as competências e os conhecimentos adquiridos e demonstrados pela conduta profissional do membro.

A formação e a experiência prévias devem possuir relevância suficiente para permitir aos titulares daqueles cargos compreender o funcionamento e a atividade da Companhia, avaliar os riscos a que a mesma se encontra exposta e analisar criticamente as decisões tomadas.

Em especial, os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal devem possuir as competências e qualificações que lhes permitam efetuar uma avaliação crítica das decisões tomadas pelo Conselho de Administração e fiscalizar eficazmente a função deste órgão.

Independência

O requisito de independência tem em vista prevenir o risco de sujeição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal à influência indevida de outras pessoas ou entidades, promovendo condições que permitam o exercício das suas funções com isenção. Na avaliação da independência são tomadas em consideração todas as situações suscetíveis de afetar a independência da pessoa em causa, nomeadamente:

- Cargos que o interessado exerça ou tenha exercido na Companhia, sociedade do grupo ou noutra instituição de crédito;
- Relações de parentesco ou análogas, bem como relações profissionais ou de natureza económica que o interessado mantenha com outros membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal da Companhia ou de empresas do Grupo.

Sem prejuízo do acima referido, o Conselho Fiscal deverá dispor sempre de uma maioria de membros independentes, na aceção do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

B.3 Sistema de Gestão de Riscos e Autoavaliação do Risco e da Solvência

Sistema de Gestão de Riscos

Estratégias de Investimento

A estratégia da BPI Vida e Pensões assenta numa adaptação constante às condições de mercado, podendo por isso ao longo do tempo optar por diferentes exposições aos vários riscos a que está sujeita. A Companhia atua de forma a otimizar a criação de valor e execução dos seus objetivos a médio/longo prazo, assumindo que para esse efeito tenha que tolerar maior volatilidade nos resultados a curto prazo.

A Companhia, atualmente, está presente no mercado segurador, através de Seguros de Vida Financeiros e no mercado de Fundos de Pensões.

A monitorização dos riscos financeiros na BPI Vida e Pensões é assegurada pela Área de Risco, da BPI Gestão de Ativos no âmbito do contrato de gestão de carteiras em vigor. A BPI Vida e Pensões tem definidos limites de apetite ao risco, que estabelecem *thresholds* máximos para determinadas variáveis financeiras e que são regularmente monitorizados, garantindo-se assim que a contribuição para o risco dos investimentos em carteira é consentânea com um nível de solvência adequado.

A gestão dos riscos específicos de seguros e pensões é da responsabilidade das Áreas Técnicas de Seguros e de Pensões, que reporta diretamente à Administração da Companhia. Os riscos específicos de seguros e pensões envolvem o risco de gestão ativo-passivo, o risco de resseguro e outras técnicas de mitigação do risco e ainda riscos associados à conceção e comercialização de novos produtos, à gestão de sinistros e ainda aqueles que são relacionados com a atividade de gestão e administração de fundos de pensões.

A BPI Vida e Pensões estabelece limites de apetite ao risco de forma a garantir que a sua exposição efetiva ao risco está em linha com o nível de risco necessário e desejável ao desempenho da sua atividade.

Processos de gestão de riscos

A Companhia considera a gestão de riscos como uma das disciplinas essenciais no seu modelo de funcionamento. A procura da correta identificação das várias dimensões do risco e a partilha dessa informação pelos gestores e órgãos de administração é um exercício permanente, praticado a diversos níveis de responsabilidade.

Como já referido anteriormente, a BPI Vida e Pensões comercializa Seguros de Capitalização e Fundos de Pensões, estando sobretudo exposta aos seguintes riscos:

- Riscos Financeiros;
- Riscos Específicos dos Seguros;
- Riscos Específicos de Planos de Pensões;
- Risco Operacional.
- De notar que, todos estes riscos foram devidamente contemplados nas necessidades globais de Solvência da Companhia. Convém inclusivamente referir que não foram identificados quaisquer riscos materiais que não tenham sido incluídos no cálculo dos requisitos de capital.

Principais Riscos da Companhia

Dado o tipo de produtos comercializados pela Companhia, o principal risco financeiro inerente à sua atividade é o Risco de Mercado, associado aos ativos em carteira, nomeadamente os abaixo descritos:

■ Risco de Mercado

Dado o perfil atual e do passado recente dos investimentos feitos pela Companhia, maioritariamente instrumentos de liquidez e obrigações com maturidades residuais tipicamente inferiores a cinco anos, o risco de mercado das carteiras resulta essencialmente de duas componentes: o risco de taxa de juro e o risco de *spread*, este último o mais significativo. O risco de concentração pode também assumir em determinados períodos uma dimensão relevante.

A BPI Vida e Pensões dispõe de um sistema de monitorização de risco integrado com a aplicação de contabilização de carteiras, o que permite calcular e disponibilizar aos utilizadores, de forma atempada e eficiente, o VaR (*Value at Risk*) de mercado acionista, taxa de juro e cambial, título a título e por carteira.

■ Risco de Crédito

A Companhia investe uma parte significativa da componente do seu ativo representativo de produtos com garantia de capital e dos seus fundos próprios em instrumentos de liquidez, nomeadamente depósitos a prazo, e bilhetes de tesouro, e em obrigações de empresas e governos. Assim, praticamente todos os seus investimentos financeiros estão sujeitos a risco de crédito que decorre da possibilidade de existir um evento de crédito com o emitente de um destes instrumentos que poderá ter como consequência a não recuperação da totalidade do investimento.

Regularmente, a BPI Vida e Pensões efetua uma análise a eventuais imparidades a constituir relativas aos seus

investimentos. Sempre que aplicável, a BPI Vida e Pensões constitui imparidades para perdas esperadas com o incumprimento de emitentes, evitando que o reconhecimento de perdas de crédito seja adiado até à data de ocorrência de um evento.

■ Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um ativo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

Os investimentos da BPI Vida e Pensões são compostos quase exclusivamente por ativos de elevada liquidez negociáveis a cada momento em mercado secundário e/ou de curto prazo, fazendo face a responsabilidades de longo prazo.

Contudo, para atender ao Risco de Liquidez, cada gestor mantém níveis de liquidez superiores aos reembolsos previstos para os passivos, reconhecendo, no entanto, que muitos desses contratos são prorrogados. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco são ainda reforçados com a elaboração de mapas de liquidez que permitem acompanhar a evolução da liquidez nas diferentes carteiras.

A monitorização dos níveis de liquidez é desempenhada numa primeira instância pela equipa de gestores de carteira. Os gestores de carteira têm à sua disposição a agenda financeira onde se podem visualizar os montantes de depósitos à ordem projetados para o horizonte temporal pretendido e ainda os resgates e subscrições previstos.

A Companhia avalia, pelo menos trimestralmente, o perfil de liquidez das carteiras de investimento versus as suas responsabilidades, simulando inclusivamente vencimentos antecipados de contratos com base nos padrões históricos.

■ Risco Operacional

A BPI Vida e Pensões segue o modelo de Risco Operacional em vigor no Grupo BPI, onde a Área responsável pelo Risco Operacional implementa processos de controlo e políticas bem como promove uma cultura de gestão de Risco Operacional. Ao nível da Companhia estão nomeados elementos pivots para a identificação e monitorização do Risco Operacional que são também responsáveis por se coordenarem com o Banco, com o intuito de desenvolver mecanismos de mitigação deste tipo de risco. Neste contexto, a BPI Vida e Pensões beneficia da estrutura de gestão e

acompanhamento do Risco Operacional do Grupo BPI com evidentes vantagens de eficiência. A monitorização do Risco Operacional passa pela criação e manutenção de fichas de Risco Operacional para todas as atividades críticas. Estas fichas identificam os riscos inerentes às operações, os respetivos mitigantes e atividades de controlo. O sistema de controlo de Risco Operacional na BPI Vida e Pensões constitui a base do Sistema de Controlo Interno da Companhia.

Anualmente é elaborado um relatório com o ponto de situação da gestão e medidas de mitigação do Risco Operacional.

Comunicação e reporte interno dos riscos

O funcionamento das diferentes áreas da BPI Vida e Pensões é suportado por várias aplicações informáticas, devidamente interligadas, que de forma fiável e adequada garantem o bom desempenho da sua atividade e a integridade do seu sistema de informação.

Estas aplicações garantem uma informação atempada e de qualidade, fornecendo um sistema de reportes, que são difundidos para a Administração e para as diferentes Áreas da Companhia e que permitem implementar estratégias para mitigar os diferentes riscos.

Autoavaliação do Risco e da Solvência

A BPI Vida e Pensões realiza a autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) com periodicidade mínima anual. Os relatórios ORSA dos anos anteriores foram efetuados com base nos dados de 30 de setembro, contudo, de forma a garantir consistência dentro do grupo segurador no qual a Companhia passou a estar inserida, o Relatório ORSA 2018 foi realizado com base nos dados de 30 de junho.

O ORSA cobre os seguintes aspetos:

- Avaliação das necessidades globais de solvência da Companhia;
- Avaliação das necessidades de capital, numa base plurianual, segundo os requisitos de Solvência II, os quais são calculados de forma a absorver os impactos de eventos adversos;
- Avaliação da medida em que o perfil de risco da Companhia diverge dos pressupostos em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência.

O ORSA é uma das peças-chave do Sistema de Gestão de Risco da BPI Vida e Pensões, sendo através deste processo que a Companhia faz uma avaliação das suas necessidades globais de solvência. Um dos eixos do ORSA é a estimativa do Capital e do SCR em diferentes cenários de *stress*, os quais serão projetados para todo o

horizonte temporal do Processo ORSA em causa. Neste processo, é monitorizado o cumprimento dos limites de tolerância estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A elaboração do ORSA na BPI Vida e Pensões implica o envolvimento de todas as áreas chave da Companhia, de forma a assegurar uma revisão extensiva dos riscos potenciais. O desenvolvimento e implementação do processo ORSA assenta nas seguintes atividades e responsabilidades:

Atividade	Responsabilidade
Definição e aprovação prévia da proposta de Política do ORSA, estratégia de riscos e política de gestão de capital	Comissão Executiva
Revisão e aprovação da Política do ORSA, estratégia de riscos e política de gestão de capital	Conselho de Administração
Elaboração e implementação do processo	Área técnica de seguros
Execução do processo e análise dos resultados	Área técnica de seguros Área de Investimentos (subcontratada à BPI Gestão de Activos, SA) Área de Risco (subcontratada à BPI Gestão de Activos, SA) Funções-chave
Validação do processo e dos resultados	Comissão Executiva
Aprovação do relatório de supervisão	Conselho de Administração
Revisão independente do processo, com base num plano anual	Auditoria Interna

A BPI Vida e Pensão, através do ORSA, faz uma avaliação da sua solvência face a uma série de cenários hipotéticos de *stress*, aplicados a algumas das variáveis mais importantes e críticas do negócio da Companhia, como os diferentes riscos associados aos ativos ou as curvas de taxas de juro de desconto dos fluxos.

A BPI Vida e Pensões avalia quantitativamente os riscos identificados no Pilar I do cálculo do capital regulamentar previsto em Solvência II, aplicando a fórmula padrão. A avaliação quantitativa dos riscos do Pilar I completa-se com uma avaliação qualitativa dos restantes riscos identificados pela Companhia.

B.4 Sistema de Controlo Interno

A BPI Vida e Pensões mantém um sistema de controlo interno adequado e proporcional à realidade da Companhia que assegura a cobertura integral dos riscos e processos inerentes à sua atividade.

O sistema em vigor assegura a identificação dos riscos que a Companhia enfrenta, devidamente mapeados com os elementos de risco operacional. Os riscos potenciais, atividades de controlo e respetivas áreas responsáveis estão identificados e documentados sendo registados numa aplicação partilhada com o Grupo BPI.

Ao longo de 2017 a BPI Vida e Pensões reviu e reformulou o seu sistema de controlo interno, no sentido de o adequar à realidade da Companhia, por um lado e de assegurar a cobertura integral dos riscos e processos inerentes à sua atividade.

A revisão em causa passou pelo mapeamento do sistema de controlo interno existente com o sistema de gestão de risco operacional. Procedeu-se assim a uma revisão extensa dos riscos potenciais, atividades de controlo e respetivas áreas responsáveis, assegurando o registo numa aplicação própria, comum ao Grupo BPI.

No seguimento desta revisão, o Sistema de Gestão de Risco e de Controlo Interno da Companhia passou a ter por base um adequado sistema aplicativo de Controlo e Gestão de Risco. Durante o ano de 2018 foi este o sistema de controlo interno em vigor na Companhia.

O resultado foi um Modelo de Controlo Interno suportado pelo Normativo da BPI Vida e Pensões e pelas respetivas fichas de controlo das atividades desenvolvidas.

Compliance

A Função de Compliance é responsável por assegurar que a Companhia está em condições de, em todo o momento, cumprir as regras e boas práticas que regem a sua atividade.

Esta função suporta-se na infraestrutura existente no Banco BPI que identifica e divulga, junto da Administração e das diferentes áreas da Companhia, as alterações legislativas e regulamentares que tenham impacto na atividade da BPI Vida e Pensões.

A implementação interna da nova legislação e regulamentação é da responsabilidade da Companhia mas a Direção de Compliance do Banco BPI efetua o respetivo *follow-up*, e consequente comunicação à Administração. Este processo de *follow-up* é efetuado por

correio eletrónico, através de pontos de situação realizados junto das diferentes áreas abrangidas pelas alterações legislativas ou regulamentares.

A intervenção da Direção de Compliance do Banco BPI é especialmente relevante nos processos relativos à prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, uma vez que é o Banco, na sua qualidade simultânea de mediador e custodiante, que detém a informação relativa a clientes e contrapartes.

As responsabilidades, objetivos, processos e procedimentos de comunicação da Função de Compliance encontram-se devidamente especificados na Política de Controlo Interno da Companhia.

No âmbito do projeto de reestruturação, foi contratado para a Companhia um quadro com funções diretivas, que, depois de concluído o processo de registo junto da ASF, nos termos definidos na Norma Regulamentar n.º 3/2017-R, de 18 de maio, será designado como responsável pela Função Chave de Compliance o que implicará uma revisão do modelo que aqui se descreve durante o ano de 2019.

B.5 Função de Auditoria Interna

Durante 2018, a BPI Vida e Pensões manteve a Função de Auditoria Interna subcontratada ao Banco BPI, na medida em que toda a sua atividade é realizada em parceria com as diferentes áreas do Grupo. Deste modo garante-se que as tarefas da função de auditoria interna abrangem todas as áreas envolvidas na atividade da Companhia.

O Banco BPI integra na sua estrutura a Direção de Auditoria Interna – DAI, cujo âmbito de atuação abrange a BPI Vida e Pensões.

Na prossecução dos seus objetivos a DAI deve ter uma atitude imparcial, evitando a existência de conflitos de interesse entre auditados e auditores. Qualquer limitação à independência e objetividade da DAI deve ser exposta ao Presidente do Conselho de Administração do Banco BPI.

No início do ano de 2019 esta função será internalizada, estando já assegurada a contratação de um colaborador responsável por esta função.

A função de auditoria interna é supervisionada pela Presidente do Conselho de Administração.

Plano de Auditoria Interna

No final de 2017 o Conselho de Administração aprovou o Plano de Auditoria Interna trianual proposto pela Direção de Auditoria Interna do BPI, no âmbito das atividades subcontratadas.

Na sequência da internalização desta função, o Plano de Auditoria Interna trianual está a ser revisto. Para 2019, está previsto que o mesmo contemple acções de auditoria às seguintes áreas: (i) política de remuneração; (ii) atuarial; e, (iii) política da prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. Após revisão, o mesmo será sujeito à aprovação do Conselho de Administração da BPI Vida e Pensões.

B.6 Função Atuarial

A função atuarial, que se encontra inserida na área Técnica de Seguros, tem por responsabilidades:

- Assegurar, através da elaboração de estudos adequados, que os métodos e os pressupostos de cálculo a utilizar na avaliação das responsabilidades são apropriados;
- Avaliar a suficiência e a qualidade da informação utilizada na avaliação das responsabilidades;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Efetuar as análises de sensibilidade às provisões técnicas considerando alterações aos pressupostos de cálculo;
- Efetuar as análises de variações aos valores da melhor estimativa de um ano para o outro;
- Informar o órgão de administração da adequação do cálculo das responsabilidades;
- Analisar, através de estudos adequados, a política global de subscrição;
- Analisar a adequação dos acordos de resseguro, no caso de existirem na Companhia;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos;
- Contribuir para que a modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo seja o adequado;
- Contribuir para a autoavaliação do risco e da solvência.

B.7 Subcontratação

Com vista a melhorar a qualidade do seu sistema de governação, a BPI Vida e Pensões subcontrata ao Banco

BPI e à BPI Gestão de Activos algumas atividades, o que permite melhorar significativamente a capacidade de atuação da Companhia e os serviços e produtos oferecidos aos Clientes.

Para esse efeito, a Companhia dispõe de uma Política de Subcontratação que estabelece os princípios a que devem atender as decisões de subcontratar qualquer das funções relevantes.

Nos termos da referida Política de Subcontratação, qualquer função ou atividade subcontratada pela Companhia tem por base um adequado contrato de prestação de serviços, onde são devidamente definidas as responsabilidades de ambas as partes, ficando ainda garantido o acesso por parte da Companhia, do respetivo auditor e da autoridade de supervisão a todas as informações relacionadas com as funções e atividades subcontratadas, incluindo a realização de inspeções nas instalações do prestador de serviços.

Apesar de no âmbito do projeto de reestruturação se estar a dotar a Companhia de uma estrutura autónoma, foi decidido manter algumas destas actividades subcontratadas ao Banco BPI e à BPI Gestão de Activos, por essa opção se revelar mais eficiente do ponto de vista do funcionamento e da utilização de recursos.

B.8 Eventuais informações adicionais

Não existem informações adicionais relevantes a referir.



Perfil de risco

PERFIL DE RISCO

A BPI Vida e Pensões considera a gestão dos riscos uma das disciplinas essenciais no seu modelo de funcionamento. A procura da correta identificação das várias dimensões do risco e a partilha dessa informação com os gestores e com os órgãos de administração e fiscalização é um exercício permanente, praticado a vários níveis de responsabilidade dentro da Companhia. Existe uma Política de Gestão de Riscos que descreve os principais riscos que a Companhia identifica bem como as estratégias de gestão e mitigação respetivas.

A estratégia de gestão de risco da BPI Vida e Pensões assenta nos seguintes princípios:

- Conhecimento dos vários tipos de risco que a sua atividade enfrenta;
- Definição clara do perfil de risco de cada carteira, em função da respetiva tolerância ao risco;
- Implementação de uma política de investimentos para cada carteira adequada ao perfil de risco definido;
- Capacidade de adaptação constante às condições de mercado, o que pode levar ao longo do tempo a diferentes exposições aos vários tipos de risco a que a atividade e as carteiras estão sujeitas.

A Companhia atua de forma a otimizar a criação de valor e execução dos seus objetivos a médio/longo prazo, assumindo que para esse efeito, em algumas situações, tenha que tolerar maior volatilidade nos resultados a curto prazo.

A monitorização dos riscos financeiros na BPI Vida e Pensões é assegurada pela Área de Risco, que reporta diretamente ao Presidente do Conselho de Administração. O modelo de *Governance* do Risco é ainda completado pelo Comité de Risco que, como referido anteriormente, assegura a monitorização dos riscos financeiros relacionados com a gestão das carteiras. A BPI Vida e Pensões tem definidos limites de apetite ao risco, que estabelecem *thresholds* máximos para determinadas variáveis financeiras e que são regularmente monitorizados, garantindo-se assim que a contribuição para o risco dos investimentos em carteira é consentânea com um nível de solvência adequado.

A gestão dos riscos específicos de seguros e pensões é da responsabilidade da Área de Técnica de Seguros, que reporta diretamente à Administração da Companhia. Os riscos específicos de seguros e pensões envolvem o risco de gestão Ativo-Passivo, o risco de resseguro e outras técnicas de mitigação do risco e ainda riscos associados à conceção e comercialização de novos produtos, à gestão de sinistros e ainda aqueles que são relacionados com a

atividade de gestão e administração de fundos de pensões.

A partir de 2020 a BPI Vida e Pensões passará também a comercializar seguros de vida risco, encontrando-se numa fase de definição de novos procedimentos de gestão de risco que se entendem como adequados. Estes novos procedimentos serão igualmente da responsabilidade da Área Técnica de Seguros.

C.1 Risco específico de seguros

Relativamente ao risco específico de seguros a Companhia adota o seguinte perfil de risco de base:

- Qualquer lançamento de novo produto é precedido de cuidadosa análise das condições de mercado vigentes, garantindo que a carteira de ativos afeta cobre adequadamente as garantias oferecidas. Esta análise é efetuada tendo sempre presente o período alargado de vigência dos contratos, de forma a não comercializar produtos com garantias que acarretem riscos demasiado elevados para a Companhia;
- A mitigação do risco financeiro é preferencialmente efetuada via derivados e não através de resseguro.

A Companhia tem mantido este perfil de risco ao longo do tempo, tendo, em várias ocasiões, adaptado a sua estratégia à evolução das condições de mercado, de forma a minimizar os efeitos das conjunturas adversas:

- A inibição de comercialização de produtos com taxas garantidas de 4% desde 1997;
- A comercialização de produtos com taxas garantidas no final do prazo, com o risco da garantia de taxa e de liquidez mitigado através de contratos de *swap*;
- A comercialização de produtos com garantias de rendimento a qualquer momento cinge-se aos produtos com uma garantia de taxa anual definida no início de cada ano civil.

Como já referido, dada a tipologia de produtos geridos atualmente pela BPI Vida e Pensões, produtos financeiros, o risco específico de seguros é residual e não se recorre a técnicas de mitigação de risco, nomeadamente resseguro. Contudo, os riscos são analisados e monitorizados continuamente, de forma a garantir uma gestão prudente. Contudo, importa referir que dado o objetivo da Companhia de iniciar a comercialização de produtos de vida risco em 2020, é expectável que o risco específico de seguros ganhe uma maior relevância após essa data.

Nos cálculos efetuados a Companhia não considera quaisquer prémios futuros.

As análises de sensibilidade referentes ao risco específico de seguros são apresentadas no ponto referente aos *Stress Tests*.

Com execução dos fundos de pensões, a Companhia não possui posições extrapatrimoniais.

C.2 Risco de mercado

Como referido anteriormente, os riscos de mercado a que a Companhia está exposta de forma relevante decorrem do investimento dos ativos representativos das responsabilidades com produtos com garantia de capital, bem como dos ativos representativos dos seus fundos próprios.

Dado o perfil atual e do passado recente dos investimentos feitos pela Companhia, maioritariamente instrumentos de liquidez e obrigações com maturidades residuais tipicamente inferiores a cinco anos, o risco de mercado dos seus investimentos resulta essencialmente de duas componentes: o risco de taxa de juro e o risco de *spread*, este último o mais significativo. O risco de concentração pode também assumir, em determinados períodos, uma dimensão relevante.

Refira-se que em termos contabilísticos a maioria destes títulos, cerca de 2 535 M€, estão classificados ao justo valor, dos quais 1 028 M€ representam investimentos em dívida pública.

De notar que a componente de empréstimos e contas a receber, viu o seu montante aumentar cerca de 16%, sendo agora de 1 229 M€ distribuídos do seguinte modo:

	Valor de Mercado	Valor Custo Amortizado
Depósitos	554 286	554 286
Papel Comercial	63 208	63 208
Obrigações <i>Corporate</i>	625 872	611 662
TOTAL	1 243 365	1 229 155

Valores em milhares de Euros.

O risco de taxa de juro é analisado regularmente pelos órgãos responsáveis pelo acompanhamento dos investimentos das carteiras, através do cálculo de medidas de sensibilidade à evolução das taxas de juro, nomeadamente a *duration*. Diariamente é atualizada uma base de dados de apoio à gestão que inclui essa métrica.

O risco de *spread* decorre do potencial efeito adverso de uma subida dos prémios de risco dos emitentes das obrigações detidas pela Companhia, e consequente descida dos preços de mercado desses títulos.

A Companhia realiza os seus investimentos preferencialmente em ativos denominados em euros (moeda de denominação das suas responsabilidades). Nos investimentos denominados noutras moedas é executada uma cobertura cambial através de *forwards* ou futuros de modo a eliminar o risco cambial da posição.

Sendo o risco de mercado, o principal risco incorrido pela Companhia, no âmbito da auto-avaliação do risco e da solvência foram analisados vários cenários e *stress tests* com incidência direta neste risco, nomeadamente taxa de juro e *spread*. De acordo com os resultados obtidos verificou-se, no entanto, que o impacto na cobertura do SCR da Companhia não é significativo, permanecendo em valores superiores a 120%.

Cenários

■ Cenários de curvas de valorização

Sendo as estruturas de taxas de juro um dos principais *drivers* no cálculo das necessidades de capital da Companhia, não só através do cálculo do SCR de taxa de juro, mas também devido ao elevado impacto que tem no valor da melhor estimativa das responsabilidades, é de toda a relevância determinar a sensibilidade das necessidades de capital da Companhia a alterações nestas estruturas. Assim, procedeu-se à análise dos seguintes cenários:

- **Taxas EIOPA:** considerar que se utilizam como taxas de desconto as taxas de juro sem risco divulgadas pela EIOPA.
- **Taxas *Volatility Adjustment* (VA):** considerar que se utilizam como taxas de desconto as taxas de juro sem risco com volatilidade ajustada divulgadas pela EIOPA (este é considerado o cenário base).
- **Aumento abrupto das taxas de juro:** considerar um aumento das taxas de juro ao longo de toda a curva, de acordo com o definido no *Stress Test* YCUp do *Insurance Stress Test* 2018.

Os cenários *Risk Free* (Taxas EIOPA) e *Volatility Adjustment* (VA) permitiram avaliar a sensibilidade da Companhia em relação à aplicação da medida de longo prazo de Ajuste de Volatilidade nas carteiras com capital Garantido, o que em termos de cobertura de SCR se traduziu numa variação negativa de 7%.

Por sua vez, a aplicação do cenário de aumento de taxas de juro considerado pela EIOPA no *Stress Test* de 2018 proporcionou uma melhoria da solvabilidade da Companhia (+34%), uma vez que a *duration* dos passivos era superior à *duration* dos ativos.

■ Alargamento de *spreads*

O risco de *spread* continua a ser um dos mais preponderantes para a Companhia, pelo que se optou por avaliar qual o impacto isolado que um cenário de alargamento de *spreads* teria nos requisitos de capital da Companhia. O choque foi aplicado dependendo do tipo de ativo – *corporate* ou governos.

No caso dos títulos de dívida pública, o aumento depende do país emissor e da maturidade da obrigação:

Alargamento das yields - Dívida Pública (p.b.)						
País	1 Ano	2 Anos	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos
Itália	155	213	225	205	172	172
Portugal	210	248	259	229	185	185
Espanha	185	229	246	222	183	183

No caso dos títulos de dívida privada, o alargamento depende do *rating* e do tipo de obrigação (financeira ou não financeira):

Alargamento das yields - obrigações corporate (p.b.)							
Tipo		AAA	AA	A	BBB	BB	B
U.E.	Não financeiras	189	244	298	353	377	401
	Financeiras	202	272	342	412	436	460

Os resultados obtidos revelam que a materialização deste alargamento tendo em conta a carteira atual, não constituiria um problema adicional para a situação de solvência da BPI Vida e Pensões. A cobertura do SCR diminuiria em cerca de 20%.

■ Cenários de vida

- **Eliminação das comissões de intermediação e gestão de carteiras:** admite-se que se eliminam as comissões de intermediação e gestão de carteiras pagas ao Banco BPI e à BPI Gestão de Activos, respetivamente.
- **Taxa de resgate:** admite-se uma queda massiva da carteira de seguros em 20% durante o primeiro ano. Este cenário baseia-se nos pressupostos constantes no *Stress Test* 2018 solicitado pela EIOPA ao mercado segurador.

Stress Tests

A análise baseada em cenários foi complementada com a realização de *stress tests*.

Assim, e para manter consistência com os *stress tests* realizados no ano transato, a Companhia aplicou os dois cenários de *stress* definidos pela EIOPA, nomeadamente:

■ Stress Test 1

Resulta da combinação dos cenários anteriormente descritos – subida abrupta de taxas de juro e alargamento de *spreads*.

De notar, no entanto, que este cenário não afeta somente o mercado obrigacionista, estipulando também choques para o mercado acionista e imobiliário, tal como especificado no documento da EIOPA. Contudo, tendo em conta a estrutura da carteira da BPI Vida e Pensões, em que as posições neste tipo de ativos são residuais, o impacto neste caso não é significativo.

Analisando os resultados, verifica-se que o alargamento de *spreads* e a subida de taxas conduzem a uma desvalorização dos ativos de cerca de 28 M.. que acaba por se traduzir numa redução do SCR de mercado.

■ Stress Test 2

Ao contrário do cenário anterior, neste caso, ocorrem essencialmente reduções de taxas de juro e *spreads*. Contudo, o valor dos ativos mantém-se praticamente inalterado, pelo que não se registam diferenças relevantes nos sub-módulos do risco de mercado.

Em todos os cenários e *stress test* efetuados a Companhia permanece com uma margem de solvência elevada para os diferentes anos de projeção.

Na tabela seguinte detalham-se as análises de sensibilidade efetuadas aos principais riscos da Companhia.

Cenário / Stress Test	Impacto Fundos Próprio	Impacto SCR	Impacto Cobertura do SCR
Taxas EIOPA	-1.85%	-0.03%	-1.82%
Aumento abrupto das taxas de juro	12.51%	-7.15%	21.18%
Alargamento de <i>spreads</i>	-14.55%	1.57%	-15.87%
Eliminação das comissões de intermediação e gestão de carteiras	24.42%	2.92%	20.89%
Taxa de resgate	-0.17%	-0.14%	-0.03%
Stress Test 1	-4.53%	-19.26%	18.24%
Stress Test 2	-1.49%	7.49%	-8.35%

Situação Atual de Risco

Conforme referido nos pontos acima, dada a tipologia de produtos comercializados pela Companhia, os principais riscos em que a BPI Vida e Pensões incorre são os riscos relacionados com os ativos em carteira, sendo os riscos específicos de seguros residuais.

Assim, analisam-se de seguida os principais contribuidores para este risco, quantificados nas várias parcelas dos Requisitos de Capital para Solvência, bem como as maiores diferenças registadas face aos valores obtidos no ano anterior:

	dez/17	dez/18	Variação
SCR de Mercado	104 119	88 440	- 15 679
Taxa de Juro	3 358	2 426	- 932
Ações	18	13	-5
Imobiliário	0	0	0
<i>Spread</i>	48 381	33 478	- 14 903
Cambial	300	111	- 189
Concentração	91 198	81 309	- 9 889
Correlação	- 39 136	- 28 897	
SCR Default	2 507	4 517	2 010

Valores em milhares de Euros.

Da tabela ressalta uma redução do Risco de Mercado, justificada pelo decréscimo tanto do sub módulo de *spread* como de concentração.

Esta diminuição deve-se não só ao efeito da passagem do tempo, mas também às vendas/amortizações de algumas obrigações *corporate* em carteira e ao facto de, em 2018.

Os sub-módulos de *spread* e concentração continuam, no entanto, a ser os maiores contribuidores para o Risco de Mercado. Esta predominância deve-se essencialmente à exposição a instrumentos de dívida de grandes empresas portuguesas maioritariamente sem *rating* e a um número relativamente reduzido de emitentes, o que resulta em concentrações significativas em alguns nomes, decorrente da própria estrutura do mercado português.

Os sub-módulos de *spread* e concentração continuam, no entanto, a ser os maiores contribuidores para o Risco de Mercado. Esta predominância deve-se essencialmente à exposição a instrumentos de dívida de grandes empresas portuguesas maioritariamente sem *rating* e a um número relativamente reduzido de emitentes, o que resulta em concentrações significativas em alguns nomes, decorrente da própria estrutura do mercado português.

No que respeita ao risco de *default*, observa-se um aumento deste risco (2.5 M€ para 4.5 M€), explicada pelo aumento registado na exposição a depósitos à ordem.

C.3 Risco de crédito

A Companhia investe quase a totalidade da componente do seu ativo representativo de produtos com garantia de capital e dos seus fundos próprios em instrumentos de liquidez, nomeadamente depósitos a prazo e bilhetes de tesouro, e em obrigações de empresas e governos. Assim, praticamente todos os seus investimentos financeiros estão sujeitos a risco de crédito, que decorre da possibilidade de existir um evento de crédito com o emitente de um destes instrumentos, que poderá ter como consequência a não recuperação da totalidade do investimento.

C.4 Risco de liquidez

Uma parte significativa dos investimentos da BPI Vida e Pensões é realizada em ativos com elevada liquidez (negociáveis a cada momento em mercado secundário e/ou de curto prazo).

A Companhia avalia pelo menos trimestralmente o perfil de liquidez das carteiras de investimento versus as suas responsabilidades, simulando inclusivamente vencimentos antecipados de contratos com base nos padrões históricos.

Não é aplicável à BPI Vida e Pensões o nº. 5 do artigo 295º do Regulamento Delegado 2015/35, uma vez que não existem ganhos esperados incluídos em prémios futuros.

Nos cálculos de solvência efetuados a Companhia não considera prémios futuros.

Com execução dos fundos de pensões, a Companhia não possui posições extrapatrimoniais.

C.5 Risco Operacional

A BPI Vida e Pensões segue o modelo de Risco Operacional em vigor no Grupo BPI, onde a Área responsável pelo Risco Operacional implementa processos de controlo e políticas adotadas bem como promove uma cultura de gestão de Risco Operacional. Ao nível da Companhia estão nomeados elementos *pivots* para a identificação e monitorização do Risco Operacional que são também responsáveis por se coordenarem com o Banco, com o intuito de desenvolver mecanismos de mitigação deste tipo de risco. Neste contexto, a BPI Vida e Pensões beneficia da estrutura de gestão e acompanhamento do Risco Operacional do Grupo BPI com evidentes vantagens de eficiência. A monitorização do Risco Operacional passa pela criação e manutenção de fichas de Risco Operacional para todas as atividades críticas. Estas fichas identificam os riscos inerentes às operações, os respetivos mitigantes e atividades de controlo. O sistema de controlo de Risco Operacional na BPI Vida e Pensões constitui a base do Sistema de Controlo Interno da Companhia. A grelha de Tipos e Categorias de Risco Operacional adotada pelo Grupo BPI foi definida conforme o Novo Acordo de Capital – Basileia II.

De notar que, as principais fontes de risco operacional vêm sobretudo de processos realizados manualmente, por não terem ainda sido desenvolvidos sistemas informáticos que os automatizem.

C.6 Outros riscos materiais

Risco de Contraparte

Para atender ao risco de contraparte, a BPI Vida e Pensões avalia a exposição a contrapartes nas operações em liquidação e nos derivados fora de bolsa, comunicando-as aos respetivos gestores e traders.

Além dos limites legais existentes para as contrapartes, a Companhia define limites máximos de exposição por contraparte, que são controlados diariamente.

Risco de Fundos de Pensões

A Companhia tem uma importante linha de negócio que são os Fundos de Pensões comercializados diretamente pela Companhia junto das Empresas.

Os riscos para a Companhia desta linha de negócio advêm essencialmente dos riscos operacionais e do risco associado ao Fundo de Pensões Aberto “BPI Garantia” que garante a qualquer momento capital investido. Este fundo representa 1.94%, do valor dos Fundos de pensões comercializados pela Companhia, ou seja, 54.583 mil euros.

O Fundo de Pensões dos colaboradores da Companhia é um Fundo de contribuição definida, não representando portanto um risco para a Companhia, a não ser o risco que advém do risco operacional.

Até ao ano de 2017, para os cálculos dos requisitos de capital de acordo com o regime Solvência II, esta classe de negócio foi equiparada a “Seguros com participação nos resultados” ou a “Seguros e operações ligados a Fundos de investimento”, consoante os Fundos de Pensões em causa possuam ou não, respetivamente, garantias financeiras por parte da Companhia. Durante o ano de 2018, esta metodologia foi alterada, passando o requisito de capital afeto a esta linha de negócio a ser determinado de acordo com a Lei 147/2015.

Com execução dos fundos de pensões, a Companhia não possui posições extrapatrimoniais.

C.7 Eventuais informações adicionais

Não existem informações adicionais relevantes a referir.



Avaliação para efeitos de solvência

AValiação PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA

D.1 Ativos

Valorização Contabilística

Os ativos financeiros são reconhecidos no balanço da Companhia na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos financeiros detidos para negociação em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

Nos termos da IFRS 13, entende-se por justo valor o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação efetuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data da contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado ativo, ou métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo), que tenham subjacente:

- Cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
- Preços calculados com base em ativos ou passivos semelhantes transacionados em mercados ativos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular. Em geral, existem preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.

Em mercados com falta de liquidez e na ausência de transações regulares, são utilizados métodos alternativos de avaliação dos ativos, nomeadamente:

- Avaliação com base em preços de compra de terceiros considerados *fidedignos* (*bid's* indicativos);
- Avaliação com base em preços divulgados pelas entidades que participam na estruturação das operações; ou,
- Avaliação por realização de testes de imparidade com base nos indicadores de performance das operações subjacentes (grau de proteção por subordinação às

tranches detidas, taxas de delinquência dos ativos subjacentes, evolução dos *ratings*).

Quando do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Empréstimos e contas a receber;
- Ativos financeiros a deter até à maturidade.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Títulos adquiridos com o principal objetivo de realização de valias no curto prazo. Inclui adicionalmente os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística;
- Títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transacionados em mercados ativos, incluindo títulos e derivados adquiridos pela BPI Vida e Pensões para venda ou recompra num prazo muito próximo;
- Títulos afetos às carteiras de seguros de capitalização;
- Títulos associados a produtos “*Unit Linked*” em que o risco de investimento é do tomador do seguro; e
- Instrumentos financeiros derivados de negociação.

A avaliação destes ativos é efetuada diariamente com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente são refletidos na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”. Os juros são refletidos na rubrica de “Rendimentos”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação, títulos a deter até à maturidade ou como carteira de crédito. Inclui títulos classificados na carteira própria da Companhia e títulos afetos às carteiras de seguros de vida classificados como contratos de investimento;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Suprimentos e prestações suplementares de capital relacionadas com ativos financeiros registados em disponíveis para venda.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, a perda acumulada na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros” é removida de capital próprio e reconhecida em resultados.

A IAS 39 identifica alguns eventos que considera como evidência objetiva de imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, nomeadamente:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente;
- Incumprimento contratual do emitente em termos de reembolso de capital ou pagamento de juros;
- Probabilidade de falência do emitente; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do emitente.

Para além dos indícios de imparidade relativos a instrumentos de dívida acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emitente opera que indiquem que o custo do investimento pode não ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado do ativo financeiro abaixo do custo de aquisição.

Com referência à data de preparação das demonstrações financeiras, a Companhia avalia a existência de situações de evidência objetiva de imparidade, considerando a situação dos mercados e a informação disponível sobre os emitentes.

As perdas por imparidade registadas em instrumentos de dívida são revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidades relativas a instrumentos de capital não podem ser revertidas. No caso de instrumentos de capital para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

O montante de imparidade apurado é reconhecido como um gasto, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões)”.

As variações cambiais de ativos não monetários (instrumentos de capital) classificados na carteira de disponíveis para venda são registadas em reservas de reavaliação por diferenças de câmbio. As variações cambiais dos restantes títulos são registadas em resultados.

Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui, entre outros, obrigações, depósitos em instituições de crédito, depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos e outras contas a receber.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

Ativos financeiros a deter até à maturidade

Esta rubrica inclui ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados

(considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. No caso dos ativos com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda por imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas condições de cada ativo. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição poder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o seu reconhecimento, é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Valorização contabilística vs valorização Solvência II

De acordo com o referido anteriormente, nos termos da IAS 39, cujos critérios são aplicados na valorização contabilística dos ativos, existe um método alternativo e opcional ao método do justo valor, o Custo Amortizado. Este critério, em termos gerais, visa o ajustamento do valor de aquisição de forma escalonada até ao reembolso.

No balanço contabilístico da Companhia existem alguns ativos valorizados de acordo com método do custo amortizado. No balanço de solvência procedeu-se à revalorização destes ativos ao respetivo valor de mercado.

A 31 de Dezembro de 2018, existem apenas obrigações corporate avaliadas a custo amortizado, sendo o valor resultante desta diferença de valorizações de 13 998 m€, como se constata no quadro seguinte.

Classes de Ativos	Valorização Contabilística	Valorização Solvência II	Dif.
Obg. Corporate	620 070	634 068	13 998
TOTAL	620 070	634 068	13 998

Valores em milhares de Euros.

Esta diferença provém integralmente da classe de obrigações, nomeadamente daquelas que foram classificadas contabilisticamente como ‘investimentos a deter até à maturidade’ e ‘empréstimos concedidos e contas a receber’, em representação tanto de provisões técnicas de seguros com garantia de capital como dos fundos próprios da Companhia.

Este movimento de descida das taxas de juro de mercado relevantes para estas obrigações explica materialmente a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico das obrigações escrituradas pelo custo amortizado depois de imparidades.

D.2 Provisões Técnicas

Os seguros comercializados pela BPI Vida e Pensões podem dividir-se nas seguintes classes de negócio, de acordo com o Anexo I do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão:

- Seguros com participação nos resultados;
- Seguros e operações ligados a Fundos de investimento (*unit-linked*);
- Outras responsabilidades de natureza vida.

Seguros com Participação nos Resultados e Outras Responsabilidades de Natureza Vida

A melhor estimativa destes produtos corresponde ao valor atual do *cash flow* futuro. Com exceção das taxas de capitalização e taxas de resgate que variam em função das características de cada um dos produtos, os pressupostos utilizados foram semelhantes para todos os produtos:

- **Taxa de Atualização:** Foi considerada a estrutura de taxas de juro com volatilidade ajustada disponibilizada pela EIOPA, no seu sítio de Internet, referente a 31 de dezembro de 2018;
- **Tábua de Mortalidade:** Foram utilizadas as tábuas de mortalidade consideradas adequadas a cada produto;
- **Taxas de Capitalização/Taxa de Participação de Resultados Futuros:** Para os produtos com taxa garantida foi utilizada a respetiva taxa. Para os produtos com garantia de capital e distribuição de 100% dos resultados obtidos pelo fundo após dedução da comissão de gestão foram considerados vários cenários de estruturas de taxas de capitalização/participação de resultados futuros;
- **Taxa de Resgate:** Foram analisados os resgates históricos e considerados distintos cenários de resgates futuros.

Para todas as responsabilidades foi determinada a respetiva Margem de Risco, que foi calculada de acordo com o “Método 2” das “Orientações sobre a avaliação de provisões técnicas” divulgadas pela EIOPA.

No balanço da Companhia os seguros com participação nos resultados encontram-se valorizados de acordo com o estabelecido na IFRS 4, correspondendo ao valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia, incluindo as participações nos resultados já distribuídas, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas de cada um dos produtos. Os seguros classificados como outras responsabilidades de natureza vida encontram-se valorizados nos termos da IAS 39, correspondendo ao valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia, calculado para cada apólice de acordo com métodos

atuariais e segundo as respetivas bases técnicas de cada um dos produtos.

Seguros Ligados a Fundos de Investimento (*Unit-Linked*)

Para estes seguros as responsabilidades e respetivos *cash flows* são reproduzidos por uma carteira de ativos financeiros de liquidez adequada, com valor de mercado conhecido que anula os riscos associados a essas responsabilidades.

Assim, para esta classe de negócio foi considerado como provisão técnica o valor de mercado de cada carteira de ativos (Fundo Autónomo), acrescido do valor atual das despesas e impostos futuros e deduzido do valor atual das comissões de gestão.

Também para esta classe, foram analisados os resgates históricos e considerados distintos cenários de resgates futuros de forma a considerar uma estrutura de taxas de resgate adequada.

Em termos contabilísticos, e de acordo com o referido na IAS 39, a provisão técnica destes produtos corresponde apenas ao valor de mercado da respetiva carteira de ativos.

Fundos de Pensões

Como já referido anteriormente, a Companhia dedica-se ainda à comercialização e gestão de fundos de pensões, produtos cuja responsabilidade é do respetivo associado, não possuindo qualquer provisão no balanço da Companhia.

Responsabilidades

Para 31 de dezembro de 2018 o valor das responsabilidades da Companhia determinadas com base nos princípios do Solvência II são as apresentadas na tabela seguinte.

Melhor Estimativa acrescida da Margem de Risco

	Dez. 17	Dez. 18	Δ
Ligados a Fundos de Investimento	2 270 899	2 309 354	2%
Com Participação nos Resultados	1 839 163	1 771 686	-4%
Outras responsabilidades de natureza vida	0	17 002	n.a.
Total	4 110 062	4 098 042	0%

Valores em milhares de Euros.

No final de 2018, as diferenças apuradas entre a avaliação de solvência e os valores registados contabilisticamente pela BPI Vida e Pensões podem ser resumidas da forma apresentada na tabela seguinte.

	Contabilístico	Solvência	Dif.
Ligados a Fundos de Investimento	2 313 956	2 309 354	-4 602
Com Participação nos Resultados	1 759 661	1 771 686	12 024
Outras responsabilidades de natureza vida	16 893	17 002	109
Total	4 090 510	4 098 042	7 531

Valores em milhares de Euros.

No cálculo das responsabilidades com base nos princípios de solvência II, a Companhia não aplicou qualquer medida transitória, nomeadamente ajustamento de congruência, medida relativa às taxas de juro sem risco e medida relativa às provisões técnicas. Os valores apresentados foram determinados com base na estrutura de taxas de juro com ajustamento de volatilidade. O impacto da utilização desta medida de longo prazo no valor total das responsabilidades da Companhia é de 0.19%.

Resultando estes valores da atualização de uma estrutura de *cash flows* esperados futuros, estão naturalmente sujeitos à incerteza associada aos pressupostos económicos e comportamentais dos segurados, considerados nos cálculos. De forma a minimizar este nível de incerteza os modelos comportamentais aplicados são revistos anualmente. As análises efetuadas demonstram que esta incerteza não é material.

D.3 Outras responsabilidades

Para a elaboração do Balanço Económico a BPI Vida e Pensões procedeu ainda à reavaliação dos impostos diferidos. Nesta reavaliação considerou-se uma taxa de imposto de 25.5% e o valor das variações do ativo e passivo da Companhia, descritas anteriormente, resultando num aumento dos “Passivos por impostos diferidos” de 1 650 m€.

Relativamente aos restantes passivos da Companhia não foi efetuada qualquer reavaliação na medida em que nos termos da IAS 39 os mesmos já se encontravam valorizadas a valores de mercado.

D.4 Eventuais informações adicionais

Resumem-se de seguida os ajustamentos efetuados à situação líquida contabilística que deram origem à situação líquida apurada no balanço económico.

Classes de Activos	Valorização Contabilística	Valorização Solvência II	Dif.
Obg. Corporate	620 070	634 068	13 998
Ativos - <i>unit linked</i>	2 315 201	2 313 954	- 1 247
Caixa e equivalentes de caixa	7 069	8 316	1 247
Total variação ativos	3 932 047	3 946 045	13 998
Provisões Técnicas - não <i>unit linked</i>	1 776 554	1 788 688	12 134
Provisões Técnicas - <i>unit linked</i>	2 313 958	2 309 354	-4 604
Impostos diferidos passivos	2	1 652	1 650
Total variação passivos	4 090 515	4 099 693	9 179
Total variação balanço			4 819

Valores em milhares de Euros.



Gestão do capital

GESTÃO DO CAPITAL

E.1 Fundos Próprios

A BPI Vida e Pensões definiu uma política de gestão de capital onde se encontram definidos os objetivos e processos de gestão de capital. A Companhia estabelece o seu objetivo ou limite de capital em conformidade com os requisitos de capital regulatório e provisões técnicas. Este limite, aprovado pelo Conselho de Administração, é parte integrante do quadro de apetite pelo risco da BPI Vida e Pensões de Nível 1. Com o objetivo de prever e gerir antecipadamente possíveis incumprimentos em cada limite de tolerância de nível 1 definem-se possíveis cenários com base em resultados reais em relação ao máximo aprovado. Da mesma forma, identificam-se as ações a realizar em cada cenário e o órgão de governação responsável pela sua aprovação e supervisão.

O acompanhamento a realizar encontra-se definido a seguir:

Mensuração do indicador de RAF nível 1	Situação	Plano de Ação	Responsável
Resultado métrica de capital elegível sobre SCR superior a 120%	Zona Objetivo	Não é necessário	Comité de Direção
Resultado métrica de capital elegível sobre SCR entre 120% e 100%	Zona de Tolerância	Análise detalhada; medidas a definir	Comissão Executiva
Resultado métrica de capital elegível sobre SCR inferior a 100%	Zona de Incumprimento	Medidas corretivas no prazo de três meses	Conselho de Administração
	Zona de Insolvência	Plano de recuperação no prazo de dois meses	Conselho de Administração

O resultado do cumprimento dos limites de tolerância de RAF Nível 1 definidos é analisado periodicamente e, pelo menos semestralmente, o Conselho de Administração deverá ser informado.

Da mesma forma, o resultado do cumprimento do limite de tolerância de nível 1 será analisado em cada processo de autoavaliação do risco e da solvência realizado pela Companhia.

Caso os resultados do processo de autoavaliação do risco e da solvência evidenciem a necessidade de capital adicional para satisfazer os requisitos de capital durante o período projetado, a BPI Vida e Pensões deverá avaliar

as ações possíveis de realizar para ultrapassar a insuficiência identificada, o que pode incluir ações sobre os objetivos do negócio, o perfil de risco ou a gestão de capital.

Durante 2018, a BPI Vida e Pensões dispôs de uma estrutura de Fundos Próprios composta essencialmente por dois elementos:

- Situação Líquida da Companhia, resultado dos capitais próprios levantados junto dos acionistas ao longo da vida da Companhia, a par de reservas acumuladas;
- Uma Reserva de Reconciliação, tal que a soma desta com o ponto anterior corresponda à diferença entre ativos e passivos a valor de mercado.

Em 6 de março de 2018 a BPI Vida e Pensões procedeu ao reembolso antecipado da emissão de obrigações subordinadas perpétuas. No seguimento desta amortização, os fundos próprios deixaram de contar com esta parcela.

Em relação à Reserva de Reconciliação, resultante das diferenças entre o valor dos ativos e passivos a valores de mercado, esta componente dos fundos próprios adicionais é menos previsível, uma vez que o seu valor e composição se altera com alterações em variáveis de mercado. Esta componente depende não só da magnitude e direção de alterações das taxas de juro e dos *spreads* de crédito (riscos de mercado dominantes para a BPI Vida e Pensões), como do posicionamento da carteira de investimentos face às responsabilidades da Companhia no momento em que estas alterações ocorram.

O valor total dos Fundos Próprios da BPI Vida e Pensões apresenta, a 31.12.2017 e 31.12.2018, os seguintes elementos:

Capital Disponível

	Dez. 17	Dez. 18	Var.
Nível 1 – Sem restrições	142 732	133 686	- 9 046
Nível 1 – Com restrições	35 683		- 35 683
Nível 2	24 317		- 24 317
Nível 3			
Total de Capital Disponível	202 732	133 686	- 69 046
Total de Capital Disponível (s/ subordinada)	142 732	133 686	- 9 046

Valores em milhares de Euros.

O valor de Nível 1 – Com restrições, que ascende a 60 M.€ em dezembro de 2017, corresponde à obrigação subordinada emitida pela Companhia e que constituía a única medida transitória com impacto o capital no âmbito das regras de solvência II. Conforme referido, estas obrigações foram, entretanto reembolsadas, pelo que a

Companhia detém neste momento exclusivamente capital de Nível 1 – Sem restrições.

Importa ainda referir que o excesso de ativos sobre passivos, no balanço económico da BPI Vida e Pensões, ascende a 137 595 m€, no entanto a este valor é deduzido o montante de 3 909 m€, respeitante ao capital afeto à linha de negócios dos fundos de pensões. Assim, o capital disponível para satisfazer o SCR e MCR é de 133 686 m.

A 31 de dezembro de 2018, o valor total de capital disponível referido anteriormente, 133 686 m€, é integralmente considerado elegível para satisfazer o requisito de capital de solvência, SCR.

Relativamente ao requisito de capital mínimo o valor total de capital elegível ascende em dezembro de 2018 ao mesmo valor.

Capital Elegível para satisfazer SCR e MCR - 2018

	SCR	MCR
Nível 1 – Sem restrições	133 686	133 686
Nível 1 – Com restrições	0	0
Nível 2	0	0
Nível 3	0	0
Total de Capital Elegível	133 686	133 686

Valores em milhares de Euros.

Capital Elegível para satisfazer SCR e MCR - 2017

	SCR	MCR
Nível 1 – Sem restrições	142 732	142 732
Nível 1 – Com restrições	35 683	35 683
Nível 2	24 317	8 787
Nível 3	0	0
Total de Capital Elegível	202 732	187 202
Total de Capital Elegível (s/ subordinada)	142 732	142 732

Valores em milhares de Euros.

E.2 Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo

No âmbito das regras de solvência II, a BPI Vida e Pensões determina o requisito de capital de solvência e o

requisito de capital mínimo considerando o modelo *Standard* desenvolvido pela EIOPA.

Para 31 de dezembro de 2018 os valores obtidos foram os seguintes.

Necessidades de Capital

	Dez. 2017	Dez. 2018	Var.
BSCR (Basic SCR)	106 695	91 234	- 15 461
Mercado	104 119	88 440	- 15 679
Taxa de Juro	3 358	2 426	- 932
Ações	18	13	- 5
Imobiliário	0	0	0
Spread	48 381	33 478	- 14 903
Cambial	300	111	- 189
Concentração	91 198	81 309	- 9 889
Default	2 507	4 517	2 010
Vida	6 764	5 430	- 1 334
Operacional	11 054	10 645	- 409
Ajustamentos SCR	- 22 192	- 12 636	9 556
SCR FP Garantia	2 076	0	- 2 076
SCR Total	97 634	89 244	- 8 390
Capital elegível	202 732	133 686	- 69 046
Cobertura do SCR	208%	150%	-58%
Cobertura do SCR (s/ subordinada)	146%	150%	4%

Valores em milhares de Euros.

O requisito mínimo de capital ascendia a 40 160 m€ no final do ano de 2018, sendo o seu rácio de cobertura de 333%.

Para o cálculo destes valores a Companhia não recorreu a simplificações nem utilizou parâmetros específicos da empresa.

Os valores apresentados foram determinados com base na estrutura de taxas de juro com ajustamento de volatilidade fornecida pela EIOPA. O impacto da utilização desta medida de longo prazo quer no requisito de capital de solvência quer no requisito de capital mínimo é de -0.16%, enquanto que nos fundos próprios de base e elegíveis o impacto é de 4.51%.

A cobertura do SCR é de 146% caso não se considere a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos.



Declaração



Presidente do Conselho de Administração

Maria Isabel Cabral de Abreu Castelo Branco

Vogal executivo

Maria Isabel Revés Arsénio Florêncio Semião

Vogais não executivos

Jordi Arenillas Claver

Jorge Nicolau Molina

António Luna Vaz

LISBOA, 4 DE ABRIL DE 2019



Anexos

ANEXO 1 - MODELOS

S.02.01.02 – Balanço

Valores em euros.

	Valor Solvência II
ATIVOS	
Ativos intangíveis	494
Ativos por impostos diferidos	34,100
Excedente de prestações de pensão	-
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	-
Investimentos (que não ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação)	1,901,335,633
Imóveis (que não para uso próprio)	-
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	-
Títulos de fundos próprios	2,918
Ações — cotadas em bolsa	-
Ações — não cotadas em bolsa	2,918
Obrigações	1,623,773,968
Obrigações de dívida pública	963,962,415
Obrigações de empresas	658,322,240
Títulos de dívida estruturados	-
Títulos de dívida garantidos com colateral	1,489,314
Organismos de investimento coletivo	128,826
Derivados	-
Depósitos que não equivalentes a numerário	277,429,920
Outros investimentos	-
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	2,313,954,339
Empréstimos e hipotecas	-
Empréstimos sobre apólices de seguro	-
Empréstimos e hipotecas a particulares	-
Outros empréstimos e hipotecas	-
Montantes recuperáveis de contratos de resseguro dos ramos:	-
Não-vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	-
Não-vida, excluindo seguros de acidentes e doença	-
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	-
Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida, excluindo seguros de	-
acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	-
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida	-
Vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de	-
participação	-
Vida, ligado a índices e a unidades de participação	-
Depósitos em cedentes	-
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	-
Valores a receber a título de operações de resseguro	-
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	2,032,241
Ações próprias (detidas diretamente)	-
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas	-
ainda não realizados	-
Caixa e equivalentes de caixa	40,323,427
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	- 54,910
ATIVOS TOTAIS	4,257,625,324

Valores em euros.

	Valor Solvência II
PASSIVOS	-
Provisões técnicas — não-vida	-
Provisões técnicas — não-vida (excluindo acidentes e doença)	-
PT calculadas no seu todo	-
Melhor Estimativa	-
Margem de risco	-
Provisões técnicas — acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida)	-
PT calculadas no seu todo	-
Melhor Estimativa	-
Margem de risco	-
Provisões técnicas — vida (excluindo os seguros ligados a índices e a unidades de participação)	1,788,688,022
Provisões técnicas — acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo vida)	-
PT calculadas no seu todo	-
Melhor Estimativa	-
Margem de risco	-
Provisões técnicas — vida (excluindo os seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação)	1,788,688,022
PT calculadas no seu todo	-
Melhor Estimativa	1,787,457,343
Margem de risco	1,230,679
Provisões técnicas — contratos ligados a índices e a unidades de participação	2,309,351,842
PT calculadas no seu todo	2,313,954,339
Melhor Estimativa	- 6,191,413
Margem de risco	1,588,915
Passivos contingentes	178,336
Provisões que não provisões técnicas	-
Obrigações a título de prestações de pensão	-
Depósitos de resseguradores	-
Passivos por impostos diferidos	1,651,913
Derivados	227,072
Dívidas a instituições de crédito	-
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	-
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	13,667,026
Valores a pagar a título de operações de resseguro	-
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	2,344,632
Passivos subordinados	-
Passivos subordinados não classificados nos fundos próprios de base (FPB)	-
Passivos subordinados classificados nos fundos próprios de base (FPB)	-
Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço	3,921,065
TOTAL DOS PASSIVOS	4,120,029,906
EXCEDENTE DO ATIVO SOBRE O PASSIVO	137,595,417

S.05.01.02 – Prémios, sinistros e despesas por classe de negócio

Valores em euros.

	Ramo: Responsabilidades de seguros de vida						Responsabilidades de resseguro de vida		TOTAL
	Seguros de acidentes e doença	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a índices e unidades de participação	Outros seguros de vida	Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	Resseguro de acidentes e doença	Resseguro do ramo vida	
Prémios emitidos									
Valor bruto	-	161,108,472	338,787,259	17,092,060	-	-	-	-	516,987,790
Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líquido	-	161,108,472	338,787,259	17,092,060	-	-	-	-	516,987,790
Prémios adquiridos									
Valor bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sinistros ocorridos									
Valor bruto	-	219,569,937	211,039,713	200,115	-	-	-	-	430,809,765
Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líquido	-	219,569,937	211,039,713	200,115	-	-	-	-	430,809,765
Alterações noutras provisões técnicas									
Valor bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas efetuadas	-	5,066,110	8,601,870	1,934	-	-	-	-	13,669,915
Outras despesas									3,592,247
Despesas totais									17,262,161

Prémios, sinistros e despesas por país

Valores em euros.

	Portugal	5 principais países (em montante de prémios emitidos em valor bruto) — Responsabilidades do ramo vida					TOTAL
		((código ISO 3166–1 alfa–2 dos países))					
Prémios emitidos							
Valor bruto	516,987,790						516,987,790
Parte dos resseguradores	0						0
Líquido	516,987,790						516,987,790
Prémios adquiridos							
Valor bruto	0						0
Parte dos resseguradores	0						0
Líquido	0						0
Sinistros ocorridos							
Valor bruto	430,809,765						430,809,765
Parte dos resseguradores	0						0
Líquido	430,809,765						430,809,765
Alterações noutras provisões técnicas							
Valor bruto	0						0
Parte dos resseguradores	0						0
Líquido	0						0
Despesas efetuadas	13,669,915						13,669,915
Outras despesas	3,592,247						3,592,247
Despesas totais	17,262,161						17,262,161

S.12.01.02 – Provisões Técnicas de seguro de vida

Valores em euros.

	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a índices e unidades de participação			Outros seguros de vida			Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	Resseguro aceite	Total (Vida exceto seguros de acidentes e doença, incluindo contratos ligados a unidades de participação)
			Contratos sem opções nem garantias	Contratos com opções ou garantias		Contratos sem opções nem garantias	Contratos com opções ou garantias			
Provisões técnicas calculadas como um todo	-	2,313,954,339	-	-	-	-	-	-	-	2,313,954,339
Total dos Montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte associados às provisões técnicas calculadas no seu todo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhor Estimativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhor Estimativa bruta	1,770,448,000	-	6,191,413	-	-	-	17,009,343	-	-	1,781,265,930
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhor estimativa menos montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e resseguro finito — total	1,770,448,000	-	6,191,413	-	-	-	17,009,343	-	-	1,781,265,930
Margem de Risco	1,218,968	1,588,915	-	-	11,711	-	-	-	-	2,819,594
Montante das medidas transitórias nas provisões técnicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas calculadas como um todo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhor estimativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Margem de Risco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROVISÕES TÉCNICAS - TOTAL	1,771,666,968	2,309,351,842	-	-	17,021,054	-	-	-	-	4,098,039,864

S.22.01.21 – Impacto das garantias a longo prazo e medidas transitórias

Valores em euros.

	Montante com as garantias a longo prazo e as medidas transitórias	Impacto das medidas transitórias ao nível das provisões técnicas	Impacto das medidas transitórias ao nível da taxa de juro	Impacto do ajustamento para a volatilidade definido como zero	Impacto do ajustamento de congruência definido como zero
Provisões técnicas	4,098,039,864	n.a.	n.a.	7,749,206	n.a.
Fundos próprios de base	133,686,094	n.a.	n.a.	-5,773,159	n.a.
Fundos próprios elegíveis para cumprimento do Requisito de Capital de Solvência	133,686,094	n.a.	n.a.	-5,773,159	n.a.
Requisito de Capital de Solvência	89,243,632	n.a.	n.a.	145,987	n.a.
Fundos próprios elegíveis para cumprimento do Requisito de Capital Mínimo	133,686,094	n.a.	n.a.	-6,097,391	n.a.
Requisito de capital mínimo	40,159,635	n.a.	n.a.	65,694	n.a.

S.23.01.01.01 – Fundos Próprios

Valores em euros.

	TOTAL	Nível 1 — sem restrições	Nível 1 — com restrições	Nível 2	Nível 3
Fundos próprios de base antes da dedução por participações noutros setores financeiros como previsto no artigo 68.o do Regulamento Delegado 2015/35					
Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)	76,000,000	76,000,000	-	-	-
Conta de prémios de emissão relacionados com o capital em ações ordinárias	-	-	-	-	-
Fundos iniciais, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e sociedades sob a forma mútua	-	-	-	-	-
Contas subordinadas dos membros de mútuas	-	-	-	-	-
Fundos excedentários	-	-	-	-	-
Acções preferenciais	-	-	-	-	-
Conta de prémios de emissão relacionados com ações preferenciais	-	-	-	-	-
Reserva de reconciliação	61,595,417	61,595,417	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	-	-	-
Montante igual ao valor líquido dos ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-
Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão como fundos próprios de base, não especificados acima	-	-	-	-	-
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II					
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II	3,909,323	-	-	-	-
Deduções					
Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito	-	-	-	-	-
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE APÓS DEDUÇÕES	133,686,094	133,686,094	-	-	-
Fundos próprios complementares					
Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido	-	-	-	-	-
Fundos iniciais não realizados e não mobilizados, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e as sociedades sob a forma mútua, mobilizáveis mediante pedido	-	-	-	-	-
Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido	-	-	-	-	-
Um compromisso juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados mediante pedido	-	-	-	-	-
Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.o, n.o 2, da Diretiva 2009/138/CE	-	-	-	-	-
Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.o, n.o 2, da Diretiva 2009/138/CE	-	-	-	-	-
Reforços de quotização dos membros nos termos do artigo 96.o, n.o 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	-	-	-	-	-
Reforços de quotização dos membros — não abrangidos pelo artigo 96.o, n.o 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	-	-	-	-	-
Outros fundos próprios complementares	-	-	-	-	-
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES	-	-	-	-	-
Fundos próprios disponíveis e elegíveis					
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	133,686,094	133,686,094	-	-	0
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	133,686,094	133,686,094	-	-	0
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	133,686,094	133,686,094	-	-	0
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	133,686,094	133,686,094	-	-	0
RCS	89,243,632	-	-	-	-
RCM	40,159,635	-	-	-	-
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS	149.80%	-	-	-	-
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM	332.89%	-	-	-	-

S.23.01.01.02 – Reserva de Reconciliação

Valores em euros.

	TOTAL
Reserva de reconciliação	
Excedente do ativo sobre o passivo	137,595,417
Ações próprias (detidas direta e indiretamente)	-
Dividendos previsíveis, distribuições e encargos	-
Outros elementos dos fundos próprios de base	76,000,000
Ajustamentos para elementos dos fundos próprios com restrições em relação com carteiras de ajustamento de congruência e fundos circunscritos para fins específicos	-
Reserva de reconciliação	61,595,417
Lucros Esperados	-
Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP) — Ramo vida	-
Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP) — Ramo não-vida	-
Total dos Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP)	-

S.25.01.21 – Requisito de Capital de Solvência

Valores em euros.

	Requisito de capital de solvência bruto	Parâmetro Específico da Empresa (PEE)	Simplificações
Risco de mercado	88,440,332		
Risco de incumprimento pela contraparte	4,516,558		
Risco específico dos seguros de vida	5,430,209		
Risco específico dos seguros de acidentes e doença			
Risco específico dos seguros não-vida			
Diversificação	-7,152,844		
Risco de ativos intangíveis			
Requisito de Capital de Solvência de Base	91,234,256		
Cálculo do Requisito de Capital de Solvência			
Risco operacional			10,645,010
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas			-10,150,645
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos			-2,484,989
Requisito de capital para atividades exercidas nos termos do artigo 4.º da Diretiva 2003/41/CE			
Requisito de capital de solvência excluindo acréscimos de capital			89,243,632
Acréscimos de capital já decididos			
REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA			
Outras informações sobre o RCS			
Requisito de capital para o submódulo de risco acionista baseado na duração			
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para a parte remanescente			
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para os fundos circunscritos para fins específicos			
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para as carteiras de ajustamento de congruência			
Efeitos de diversificação devidos à agregação RCSI dos FCFE para efeitos do artigo 304.º			

S.28.01.01 – Requisito de Capital Mínimo

Valores em euros.

Resultado de RCM_v	81,119,039
-------------------------------------	-------------------

	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) da melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) do capital em risco total
Responsabilidades com participação nos lucros — benefícios garantidos	1,760,297,355	-
Responsabilidades com participação nos lucros — benefícios discricionários futuros	10,150,645	-
Responsabilidades de seguros ligados a índices e a unidades de participação	2,307,762,927	-
Outras responsabilidades de (re)seguro dos ramos vida e acidentes e doença	17,009,343	-
Total do capital em risco para todas as responsabilidades de (re)seguro do ramo vida	-	6,191,700

	Valor
RCM linear	81,119,039
RCS	89,243,632
Limite superior do RCM	40,159,635
Limite inferior do RCM	22,310,908
RCM combinado	40,159,635
Limite inferior absoluto do RCM	3,700,000
REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO (RCM)	40,159,635

BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

31 de dezembro de 2018



Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Ao Conselho de Administração da BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Introdução

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março (“ Norma Regulamentar”), da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), analisámos o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (“Relatório”), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto (conforme republicada na Norma Regulamentar n.º 1/2018, de 11 de janeiro), incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório (“Informação quantitativa”), conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, da BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “BPI Vida e Pensões” ou “Companhia”), com referência a 31 de dezembro de 2018.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios;
- B. Relato sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo;
- C. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
- D. Relato sobre a restante informação divulgada no Relatório sobre a solvência e a situação financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada.

A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade, sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e se a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Companhia, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("OROC") e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita, com segurança razoável, concluir que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos com os sistemas de informação da Companhia e com a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2018 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 14 de março de 2019;
- (ii) a revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) o entendimento dos critérios adotados; e
- (iv) o recálculo dos ajustamentos efetuados pela Companhia, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito desta certificação.

O trabalho realizado não compreendeu a certificação dos ajustamentos efetuados ao nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, os quais, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, foram objeto de certificação pelo atuário responsável da Companhia.

Relativamente aos ajustamentos efetuados ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a verificação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos efetuados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 o tratamento dado pela Companhia para efeitos de solvência aos fundos de pensões geridos pela Companhia, alterou face ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2017, a avaliação para efeito de solvência foi efetuada com base no valor atual das comissões de gestão futuras, deduzido das despesas, tendo originado um aumento dos fundos próprios elegíveis no montante de 19.597 milhares de euros. O referido ajustamento não foi objeto do nosso trabalho, tendo sido objeto de certificação pelo atuário responsável da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou os respetivos requisitos de capital de acordo com o artigo 46.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro e divulgou o valor correspondente apurado no Relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, no respeitante à composição dos fundos próprios, como fundos próprios constantes das demonstrações financeiras que não devem ser considerados na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios de classificação como fundos próprios Solvência II.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultante de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e incluídos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, e que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios, à data a que se refere o relatório sobre a solvência e a situação financeira (31 de dezembro de 2018), estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

B. Relato sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo submetido à ASF, em conformidade com o Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva

n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício ("Regulamento").

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade sobre se o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, de acordo com o Regulamento.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Companhia, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica" e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança razoável, sobre se o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, está isento de distorções materiais, de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Para tanto o nosso trabalho consistiu, principalmente, em indagações ao pessoal e procedimentos analíticos e outros aplicados à informação de base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2018, incluindo os seguintes procedimentos:

- 1 a reconciliação da referida informação base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2018, com o balanço para efeitos de solvência, com os registos contabilísticos e demais informação mantida nos sistemas da Companhia, com referência à mesma data;
- 2 revisão em base de amostragem, da correta classificação e caracterização dos ativos de acordo com os requisitos do Regulamento;
- 3 revisão dos cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2018, efetuados pela Companhia; e
- 4 leitura da documentação preparada pela Companhia para dar cumprimento aos requisitos do Regulamento.

O trabalho realizado não compreendeu a revisão (i) dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Companhia, definidos no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar e (ii)

dos elementos do requisito do capital de solvência, incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável, nos termos do artigo 10.º da mesma Norma Regulamentar.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultante de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo à data a que se refere o relatório sobre a solvência e a situação financeira (31 de dezembro de 2018), está isento de distorções materiais, é completo e fiável e, em todos os aspetos materialmente relevantes, é apresentado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

C. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia:

- A preparação do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF (república na Norma Regulamentar n.º 1/2018-R, de 11 de janeiro); e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno (“Sistema de governação”), as quais devem ser descritas no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014 (Regulamento).

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica" e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" do relatório sobre a solvência e a situação financeira, reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) A apreciação da informação contida no Relatório sobre o Sistema de governação da Companhia quanto aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da auto-avaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais;
- (ii) A leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório que regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação;
- (iii) A discussão das conclusões com os responsáveis da Companhia.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, quer resultante de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente "Âmbito do trabalho", que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o relatório sobre a solvência e a situação financeira (31 de dezembro de 2018), o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" não reflete, em todos os aspetos materiais, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia.

D. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação do Relatório sobre a Solvência e a Situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF (republicada pela Norma Regulamentar n.º 1/2018, de 11 de janeiro), incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1, do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação divulgada no Relatório e na Informação Quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica" e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu da obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira é concordante com a informação objeto do trabalho do revisor oficial de contas e com o conhecimento obtido durante o processo de certificação.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, a leitura integral do referido relatório e a avaliação da concordância conforme acima referida.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultante de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias. Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho” que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o relatório sobre a solvência e a situação financeira (31 de dezembro de 2018), a informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira não é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

E. Outras matérias

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Companhia não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem que sejam detetados.

5 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

Exmos. Senhores
BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.
Rua Braamcamp n.º 11, 6.º
1250-049 Lisboa
PORTUGAL

Lisboa, 28 de Março de 2019

Exmos. Senhores,

Certificação atuarial do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão reportado a 31 de dezembro de 2018

1. Introdução

A Towers Watson de España, S.A. ("Willis Towers Watson") foi nomeada pela BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. ("BPI Vida e Pensões") para a elaboração da certificação atuarial do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") para efeitos de supervisão reportado a 31 de dezembro de 2018 (a "informação sobre Solvência II"), de acordo com a Norma Regulamentar N.º 2/2017-R, de 24 de março.

A elaboração da presente certificação foi realizada por Julio Koch, consultor da Willis Towers Watson e certificado pela ASF como atuário responsável.

Na Tabela 1 apresenta-se a informação global sobre Solvência II à data de 31 de dezembro de 2018 preparada pela BPI Vida e Pensões.

Tabela 1: Informação sobre Solvência II reportada a 31 de dezembro 2018 (Valores em Euros)

	31 de dezembro de 2018
Provisões técnicas	4.098.039.864
Montantes recuperáveis	0
Fundos próprios disponíveis	133.686.094
Fundos próprios elegíveis para a cobertura do SCR ⁽¹⁾	133.686.094
Fundos próprios elegíveis para a cobertura do MCR ⁽²⁾	133.686.094
SCR ⁽¹⁾	89.243.632
MCR ⁽²⁾	40.159.635

(1) Requisito de capital de solvência

(2) Requisito de capital mínimo

2. Âmbito

A certificação abrange a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis no cálculo dos seguintes elementos da informação sobre Solvência II:

- Das provisões técnicas, incluindo a aplicação do ajustamento de volatilidade;
- Dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro;
- Do módulo de risco específico de seguros de vida e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do requisito de capital de solvência, divulgados no relatório sobre a solvência e a situação financeira.

A informação sobre Solvência II reportada a 31 de dezembro de 2018 foi preparada pela BPI Vida e Pensões e o atuário responsável realizou a revisão da metodologia e dos pressupostos utilizados pela BPI Vida e Pensões no cálculo dos elementos descritos anteriormente em relação aos requisitos das disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis.

O atuário responsável também realizou uma análise de razoabilidade aos resultados dos cálculos da informação sobre Solvência II, mas não procedeu a verificações detalhadas dos modelos e processos envolvidos.

3. Responsabilidades

Este relatório encontra-se elaborado em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

O órgão de administração da BPI Vida e Pensões é responsável pela aprovação do relatório sobre a solvência e a situação financeira.

É função do atuário responsável a emissão de uma opinião de índole atuarial, independente, sobre os elementos referidos no número anterior. Para as suas conclusões foram tomadas em consideração as conclusões do revisor oficial de contas, incluindo, se aplicável, eventuais inconformidades por este detetadas.

A BPI Vida e Pensões é responsável pela completude e exatidão dos dados necessários para produzir a informação sobre Solvência II. O atuário responsável não procedeu a quaisquer testes de verificação à informação facultada e foi informado que os responsáveis de Direção da BPI Vida e Pensões não têm conhecimento de nenhuma outra informação, a que o atuário responsável não tenha tido acesso que poderia ter afetado o seu parecer.

4. Opinião

O atuário responsável concluiu que a metodologia e os pressupostos utilizados para a determinação das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e do módulo de risco específico de seguros de vida e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do requisito de capital de solvência, encontram-se em conformidade com as disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, correspondentes às alíneas de 1.3 a 1.21, 2.3 a 2.10 e de 2.19 a 2.23 do Anexo II, Capítulo II, Secção II da Norma Regulamentar N.º 2/2017-R, de 24 de março. O atuário responsável considera que as questões encontradas não têm impacto material na informação sobre Solvência II analisada.

De acordo com a nossa análise de razoabilidade, os resultados dos cálculos não revelaram nenhuma questão que sugerisse uma distorção material referente às provisões técnicas, aos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e aos módulos de risco específico de seguros de vida e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do requisito de capital de solvência.

5. Credibilidade e limitações

Para estas conclusões o atuário responsável baseou-se nos dados e nas informações disponibilizadas pela BPI Vida e Pensões. O presente parecer é efetuado unicamente para uso da BPI Vida e Pensões de acordo com os termos do nosso âmbito do trabalho. Nos limites máximos permitidos pela lei aplicável, a Willis Towers Watson não aceita ou assume qualquer responsabilidade, dever ou pedidos de indemnização de outra entidade que não a BPI Vida e Pensões em relação à revisão, opinião ou qualquer afirmação constantes neste parecer.

Vários pressupostos foram assumidos sobre a experiência futura, incluindo a experiência económica e de investimentos, custos, rescisões de contratos e sinistralidade. Estes pressupostos assumidos foram determinados com base em estimativas razoáveis. No entanto, é provável que a experiência real futura seja diferente destes pressupostos devido a flutuações aleatórias, alterações no contexto operacional e outros fatores. Estas variações poderão ter um impacto significativo na informação sobre Solvência II.

Com os melhores cumprimentos,



Julio Koch

Willis Towers Watson



BPI VIDA E PENSÕES – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Sociedade matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único 502 623 543

Sede: Rua Braamcamp, 11-6º, 1250-049 Lisboa, PORTUGAL

Capital Social: 76 000 000.00 euros